



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE MARÇO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Rodrigo Miguel Dias Saraiva](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Foi anunciada uma adenda a um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados aprovado em reunião plenária anterior.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 589, 598, 599 e 602/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 804 a 815 e 822/XVI/1.^a.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) apresentou

condolências ao Grupo Parlamentar do PSD e à família do ex-Deputado e ex-Governante Miguel Macedo pelo seu falecimento, tendo-se seguido no uso da palavra os Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

No âmbito da ordem do dia fixada pelo Livre, sobre o tema «Europa, segurança e democracia», procedeu-se à

discussão conjunta, e posterior votação, na generalidade, dos seguintes projetos de resolução:

N.º 783/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a criação de uma comunidade europeia de defesa, que foi rejeitado;

N.º 785/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a utilização de ativos russos no apoio à Ucrânia, que foi aprovado;

N.º 784/XVI/1.^a (L) — Contra a austeridade bélica: defender a Europa é também proteger o Estado social e a transição ecológica, que foi rejeitado;

N.º 726/XVI/1.^a (L) — Recomenda a realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática, que foi aprovado;

N.º 727/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que Portugal adira ao Conselho do Ártico como observador, que foi aprovado;

N.º 794/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que defenda uma política europeia promotora da paz, da segurança e da defesa coletivas, do fortalecimento do Estado social e da transição climática justa, que foi rejeitado;

N.º 798/XVI/1.^a (PAN) — Pela ajuda à Ucrânia no combate aos crimes humanitários e ambientais perpetrados pela Rússia, que foi aprovado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados **Rui Tavares** (L), **Nuno Simões de Melo** (CH), **Paulo Moniz** (PSD), **Marisa Matias** (BE), **Madalena Cordeiro** (CH), **Jorge Pinto** (L), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Liliana Reis** (PSD), **Isabel Alves Moreira** (PS), **Pedro Correia** (CH), **António Filipe** (PCP), **Rui Paulo Sousa** (CH), **Ana Sofia Antunes** (PS), **Bernardo Blanco** (IL), **Paulo Muacho** (L), **Diogo Pacheco de Amorim** (CH), **José Luís Carneiro** (PS), **António Pinto Pereira** (CH), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Isabel Mendes Lopes** (L), **Paula Santos** (PCP) e **João Paulo Rebelo** (PS).

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 604/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação ao Ginásio Clube Português pelos seus 150 anos (a).

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 605/XVI/1.^a (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação a João Pedro Coelho pela conquista do prémio de Cozinheiro de Ouro da Suíça (a).

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 444/XVI/1.^a (CH) — Elevação da freguesia de Lanheses à categoria de vila histórica, 499/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Lanheses à categoria de vila histórica e 508/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de

Lanheses à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 550/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Castelo do Neiva à categoria de vila.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 486/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Gualtar à categoria de vila e 501/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da freguesia de Gualtar à categoria de vila.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs 504/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Meixomil à categoria de vila, 505/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Seroa à categoria de vila, 503/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da vila de Mogadouro à categoria de cidade, 500/XVI/1.^a (PSD) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Fornos, Real, São Martinho de Sardoura, Santa Maria de Sardoura, União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso, e da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, do município de Castelo de Paiva e 553/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Raimonda à categoria de vila.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 613/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, 55/2010, de 24 de dezembro, e Lei n.º 24/2021, de 10 de maio.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 614/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Segunda alteração à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, tendo o Deputado **Pedro Delgado Alves** (PS) declarado conflito de interesses.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 831/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE e L) — Código de ética e conduta dos funcionários parlamentares, tendo o Deputado **Pedro Delgado Alves** (PS) declarado conflito de interesses.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 832/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Sétima alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República.

Foi aprovado o 1.º **Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2025**.

O Presidente (**Rodrigo Saraiva**) declarou encerrada a sessão eram 18 horas e 24 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Peço desculpa por este ligeiro atraso.

Solicito aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias para que os cidadãos possam entrar.

Ainda antes de tratarmos de alguns temas e entrarmos na ordem de trabalhos, dou a palavra ao Sr. Secretário para fazer anúncios à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho dois anúncios.

O primeiro é para informar que, em reunião da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, realizada no dia 13 de março de 2025, foi apresentada uma adenda ao Parecer n.º 19, aprovado a 11 de março de 2025, atendendo à existência de uma incorreção referente ao nome da candidata seguinte, que deve assumir o mandato em substituição do Deputado Carlos Eduardo Reis, no círculo eleitoral de Braga, uma vez que a mesma não se encontra corretamente identificado no mapa oficial da Comissão Nacional de Eleições. Nesse sentido, e de acordo com o documento de identificação, cartão de cidadão, da referida candidata, onde se lê «Sílvia Oliveira Ferreira da Cunha» deve passar a ler-se «Sílvia Olívia Ferreira da Cunha».

O segundo tem a ver com as iniciativas que deram entrada e que foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República: Projetos de Lei n.ºs [589/XVI/1.ª](#) (PS), [598/XVI/1.ª](#) (PCP), [599](#) e [602/XVI/1.ª](#) (L) e Projetos de Resolução n.ºs [804/XVI/1.ª](#) (PAN), [805](#), [806](#), [807](#), [808](#), [809](#), [810](#), [811](#), [812](#), [813](#), [814](#) e [815/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) e [822/XVI/1.ª](#) (CH, PS, PSD e CDS-PP).

É tudo, muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Fomos hoje, infelizmente, surpreendidos com a partida de uma pessoa que foi Deputado desta Casa, que foi Secretário-Geral de um dos partidos nesta Casa, nomeadamente do PSD, foi líder parlamentar do PSD e foi governante, nomeadamente Ministro da Administração Interna. Portanto, penso que, em nome de todos, à família e, em especial, ao Grupo Parlamentar do PSD, deixo as sentidas condolências pela partida de Miguel Macedo.

Sei que alguns partidos também querem transmitir algo sobre este tema e dou, para começar, a palavra à Sr.ª Deputada Alexandra Leitão, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.ª **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em meu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria endereçar os nossos sentimentos ao Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente à família e amigos, e dizer que é com profunda consternação que soubemos da notícia.

Eu própria, uma vez por semana, estava com o Miguel Macedo, como é público, e posso atestar a amabilidade, a simpatia e a correção com que se dirigia a todos.

Portanto, aqui ficam a nossa consternação e os nossos sentimentos. Creio que, em momento próprio, haverá ocasião para se aprovar 1 minuto de silêncio ou alguma coisa nesta Casa, mas fica aqui a nossa nota.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há intervenções que gostava de não ter de fazer, mas que somos obrigados a fazer.

Eu quero, em meu nome pessoal e em nome dos líderes parlamentares que me antecederam e que privaram de perto com o Sr. Deputado e Sr. Ministro Miguel Macedo, mandar umas saudações sinceras, um abraço forte, à família, aos companheiros de partido, a todos os que privaram com Miguel Macedo.

Quero também sublinhar, nesta hora difícil, que Miguel Macedo foi um adversário político do Bloco de Esquerda, um adversário difícil, porque era um adversário cordato, leal, que qualificava o debate público onde ele deve estar — na divergência no quadro das ideias — e que nos deve recordar que não é por se pensar de forma diferente que não devemos ser leais, cordatos e sérios uns com os outros. E é essa qualidade humana

e essa qualidade política que nós, nesta hora difícil para o PSD, nesta hora difícil para os amigos e para a família, queremos evocar, em nome do partido Bloco de Esquerda, em nome dos líderes parlamentares, em particular também da Sr.^a Deputada Helena Pinto, que com ele trabalhou, com ele teve vários combates políticos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... mas que sei que queria que deixasse registado, nesta Câmara, que Miguel Macedo era uma pessoa que ela gostava de ter como adversário, porque é assim que vive a democracia.

Que existam mais adversários como Miguel Macedo — é esse o desejo que nós aqui deixamos, é essa a palavra que queremos deixar a toda a Câmara.

Aplausos do BE, do PSD, do PS, da IL, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, conheci Miguel Macedo há 36 anos, nesta Assembleia, quando integrávamos ambos a Comissão Parlamentar de Juventude, que existia nessa altura.

Risos de Deputados do PCP, do PSD e da IL.

Ele como dirigente da Juventude Social Democrata e eu da Juventude Comunista Portuguesa, ambos Deputados nesta Assembleia.

Ainda nessa legislatura, Miguel Macedo assumiu as funções de Secretário de Estado da Juventude e, nessa altura, chegámos a um acordo importante, em que participámos, para resolver o problema dos objetores de consciência relativamente ao serviço militar.

Depois, Miguel Macedo reassumiu o seu mandato nesta Assembleia, durante vários anos na 1.^a Comissão, onde tivemos a oportunidade de trabalhar também conjuntamente. Exerceu outras funções do âmbito parlamentar aqui já referidas, nomeadamente como líder parlamentar, e foi Ministro da Administração Interna.

Tivemos, portanto, décadas de leis e francos confrontos políticos, mas sempre com grande correção e grande cordialidade. E, portanto, temos as melhores recordações pessoais do contacto com o Dr. Miguel Macedo e é com grande tristeza que tomamos conhecimento da sua partida e queremos deixar sinceras condolências ao Partido Social Democrata e aos seus familiares.

Aplausos do PCP, do PSD, do PS, da IL, do BE, do L, do CDS-PP, do PAN e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, o Livre não queria deixar de juntar a sua voz à dos oradores que me precederam, mesmo sendo um partido mais recente e, portanto, não tendo esse histórico de interação parlamentar ou de fiscalização governativa a Governos a que tenha pertencido Miguel Macedo.

Reconhecemos nele, no entanto, alguém que serviu o País, que serviu o País com respeito pela causa pública, com respeito não só pelos seus aliados. E, além de deixar condolências ao Grupo Parlamentar do PSD, queria fazê-lo também ao Grupo Parlamentar do CDS-PP. Ainda há pouco, estava a falar com o nosso colega Deputado João Almeida, que com ele trabalhou enquanto Secretário de Estado no mesmo Ministério.

Às vezes, há quem esqueça, com demasiada facilidade, que a política precisa de aliados e de adversários. Sem adversários isto não funciona, a democracia não funciona. Adversários leais e aliados leais é aquilo de

que mais precisamos, precisamente para, quando chegamos a estes momentos, nos lembrarmos apenas da lealdade e da cordialidade e dos serviços que um português prestou a Portugal.

E é nesse sentido que queria também deixar um abraço àqueles que com ele privaram, aos seus amigos, à sua família e ao partido que defendeu durante estas décadas todas, enquanto político, mas também enquanto cidadão, que mais recentemente soube participar sempre no debate público com muita elevação.

Aplausos do L, do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, também queríamos aproveitar para endereçar os nossos sentimentos ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a todos os familiares e amigos de Miguel Macedo e a todos os que trabalharam com ele, em particular ao Sr. Deputado João Almeida.

Aproveitamos também para lembrar que, nunca tendo privado com ele, sem dúvida que foi alguém que deu grande parte da sua vida ao serviço público, à causa pública, e alguém que o fez — mesmo não o tendo conhecido, posso afirmá-lo tendo em conta tudo aquilo que fui acompanhando ao longo dos anos — de uma forma muito irrepreensível e com muito respeito por todos, com muito respeito pelas funções que foi exercendo ao longo do tempo.

Por isso, quero deixar o nosso reconhecimento também aqui e a manifestação, obviamente, de consternação, prestando os nossos sentimentos a todos.

Aplausos da IL, do PSD, do PS, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estes é daqueles momentos difíceis para todos nós. Queria dizer apenas que ficámos muito chocados com a notícia que recebemos há pouco, infelizmente, da morte de alguém que foi um político inteligente, um homem cordial, um bom quadro da política portuguesa.

E, quando se perde algum bom quadro da política portuguesa, creio que somos nós todos, políticos, que estamos de luto, é a democracia que está de luto. Por isso, quero afirmar a consternação também do nosso grupo parlamentar.

Quero dizer ao Grupo Parlamentar do PSD — particularmente ao PSD e também ao CDS, mas ao PSD, porque o Miguel Macedo sempre foi um quadro do PSD — que estamos ao vosso lado.

Deixamos as nossas condolências a todos vocês e à família.

Acho que é um momento em que a política tem de ficar à parte de tudo, as nossas guerras políticas têm de ficar à parte de tudo. Mais que tudo, fica o nome do homem, fica o nome de quem foi Secretário de Estado, de quem foi Ministro, de quem foi vereador na Câmara Municipal de Braga, de quem foi representante na Câmara Municipal de Braga, de quem representou os seus municípios.

Portanto, a importância destas palavras é apenas para dizer que nos associamos também à dor e ao pesar do Grupo Parlamentar do PSD e de toda a família.

Aplausos do CH, do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do PAN, não posso deixar de expressar as nossas sinceras condolências não só ao Grupo Parlamentar do PSD, mas também aos Deputados que com ele privaram e à sua família.

Em política, e sobretudo neste órgão de soberania, a diversidade, a pluralidade de ideias é sempre um contributo positivo. Quem o faz de forma séria e marcante, por mais que possamos divergir ideologicamente,

deve ser também um legado a perpetuar por todos nós, porque é precisamente nesta diversidade de ideias que estamos a contribuir para o avanço do País.

Por isso mesmo, pelo respeito que nos deve merecer alguém que marcou a sua vida política com esse legado, associamo-nos a todas as palavras que já aqui foram expressas e esperamos, acima de tudo, que saibamos, no nosso debate político, perpetuar essa mesma cordialidade, que era uma marca de Miguel Macedo.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados do PSD e, muito especialmente, Sr. Deputado Hugo Soares, as palavras, neste momento, são obviamente palavras difíceis, mas que têm de ser ditas, em honra e em memória de alguém que prestigiou muito esta Casa e prestigiou muito o serviço público.

Habituei-me, muito antes de saber que algum dia teria alguma função pública, a ouvir e admirar Miguel Macedo. A política deu-me a enorme honra de servir o País sob a sua direção. Foram muitas horas de trabalho conjunto e muitos quilómetros percorridos pelo País.

Podia aqui falar do seu legado de estadista, do seu extraordinário sentido de humor, de muitas características que tinha e que eram positivas, mas não conseguiria dizer e fazer a homenagem que felizmente tantas vezes ouvi. Depois de a política ter sido ingrata com ele — porque foi, foi muito ingrata com ele —, depois de o País ter sido ingrato com ele — e foi muito ingrato com ele —, ouvi tantas vezes o que diziam polícias, o que diziam guardas, o que diziam bombeiros sobre o que era ter tido um Ministro como Miguel Macedo. Muitos deles não eram do PSD nem do CDS, nem nunca votaram nesses partidos, mas tiveram a honra de vestir uma farda e de servir o País, quando tinham um Ministro que zelava por eles, como outros, mas certamente como Miguel Macedo fez, exemplarmente.

É isso que acho que devemos lembrar do Miguel. É essa capacidade de, quando assumia funções públicas, não as assumir só por si, assumir por todos aqueles que serviam sob a sua orientação. Isso é extraordinário num servidor público.

E o Miguel deixa-nos essa memória. Deixa-nos cedo, mas deixa-nos muito. Deixa-nos fracos, mas deixa-nos ricos. Deixa-nos mesmo uma grande memória, Hugo.

Ao PSD, a todo o partido, à família e a todos os amigos do Miguel Macedo, um grande e enorme abraço.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria, evidentemente, agradecer penhoradamente todas as palavras, os sentimentos, as condolências de todos os grupos parlamentares, em nome do Grupo Parlamentar do PSD e vestindo também a pele de Secretário-Geral do PSD em nome do Partido Social Democrata.

Não sei se é a intervenção mais difícil que farei num Plenário da Assembleia da República, mas é certamente aquela que faço com mais dificuldade e, ao mesmo tempo, com maior sentimento de gratidão.

Hoje, o País perdeu um verdadeiro príncipe da política, alguém de uma integridade à prova de bala, de uma lealdade no combate político que era rara, de uma competência em tudo o que punha que era absolutamente ímpar.

Nunca se escondeu atrás de ninguém no combate, na vida, nas opções políticas e pessoais que fez. É verdade, como dizia o Sr. Deputado João Almeida, que sofreu muito pela política e pela intervenção política que teve, sofreu como poucos, mas foi sempre capaz de enfrentar as dificuldades com uma nobreza de carácter, com uma elevação que creio que todo o País lhe conhece e lhe tributa.

Numa hora como esta, em que expresso também à família as minhas mais sentidas condolências, não sei se o Miguel teria muita gente para escolher para fazer esta intervenção. Mas tenho a certeza, e permitam-me que vos diga, que, de alguns que ele pudesse escolher, gostava muito que fosse o «puto», como ele sempre me chamou, a poder fazê-la.

Hoje, o País perdeu um dos seus melhores, o PSD perdeu um dos seus grandes, eu perdi um grande amigo.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Entremos, então, na ordem de trabalhos de hoje, que, embora seja longa, tem vários pontos e quase todos eles são sem tempos. Só o primeiro ponto é que tem tempos atribuídos para debate e consiste numa fixação da ordem do dia, requerida pelo Grupo Parlamentar do Livre, sobre o tema «Europa, segurança e democracia», em que serão discutidos conjuntamente os Projetos de Resolução n.º 783/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a criação de uma comunidade europeia de defesa, 785/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a utilização de ativos russos no apoio à Ucrânia, 784/XVI/1.^a (L) — Contra a austeridade bélica: defender a Europa é também proteger o Estado social e a transição ecológica, 726/XVI/1.^a (L) — Recomenda a realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática, 727/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que Portugal adira ao Conselho do Ártico como observador, 794/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que defenda uma política europeia promotora da paz, da segurança e da defesa coletivas, do fortalecimento do Estado social e da transição climática justa e 798/XVI/1.^a (PAN) — Pela ajuda à Ucrânia no combate aos crimes humanitários e ambientais perpetrados pela Rússia.

Para a apresentação das iniciativas legislativas do Livre, tendo até 26 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: A política trata, como acabámos de ver, de tudo o que é humano, do que nos dá alegria, do que nos dá tristeza, dos temas que são mais fáceis, dos temas que são mais difíceis, dos debates nos quais nos empenhamos, das coisas de que gostamos, mas também dos debates que não gostaríamos nunca de ter de fazer.

Vimos aqui, ainda há momentos, que a morte já entrou hoje neste Hemiciclo sem ser convidada, sem querermos que ela aqui estivesse, quando falámos de alguém que serviu nesta Casa.

Infelizmente, o debate que trazemos aqui hoje, que o Livre marcou como debate potestativo ainda antes de o País viver uma crise política, é um debate que também tem muitos elementos nos quais não gostaríamos de ter de falar, de enfrentar.

Passa-se isto porque a guerra voltou ao nosso continente europeu e o Livre, que é um partido de paz, europeísta, que preza a paz no continente europeu e que sabe o esforço, o trabalho e a imaginação que foram precisos para conseguir construir uma Europa de paz nas últimas décadas, ao contrário do que se passou durante toda a sua história, é um partido que não gostaria — como muitos e muitas de vocês, certamente — de estar a fazer um debate sobre guerra na Europa.

No entanto, temos de o fazer por três razões.

A primeira é porque Portugal nunca esteve imune à história da Europa, seja na I Guerra Mundial, na qual participámos, seja na II Guerra Mundial, durante a qual recebemos muitos refugiados, seja quando houve uma guerra civil na vizinha Espanha. Em tantos momentos da nossa história, Portugal nunca pôde fazer de conta que a Europa não existia, nunca se pôde isolar no seu canto e esquecer o que se passava à sua volta.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas a segunda razão é que nós todos, portuguesas e portugueses, somos europeus. Portanto, nunca nos podemos inibir de participar nos grandes debates de que é feita a Europa, nunca nos podemos inibir de tomar iniciativa, nunca nos podemos inibir de dinamizar o debate, até de o

liderar. Sim, também aqui em Portugal nasceram muitas das ideias de que é feita a Europa, e não devemos ficar sozinhos a um canto à espera de que alguém faça os debates por nós.

Aplausos do L.

A terceira razão é que este é um debate acerca das nossas vidas. É um debate que não é só sobre a guerra na Europa, é um debate sobre Europa, democracia e segurança, como lhe quisemos chamar. Isto porque a democracia, a paz e o Estado social que caracterizam a nossa Europa e o projeto europeu no qual acreditamos estão em causa.

É por isso que o Livre considera que ninguém se pode arrogar o direito de ficar de fora do debate ou, pior ainda, que ninguém pode achar que a maneira de fazer este debate é fazê-lo apenas da forma fácil e evitando todos os assuntos difíceis.

Nós, pela nossa parte, queremos fazer o debate por inteiro e queremos, sincera e genuinamente, ouvir as posições de todos os partidos nesta Câmara acerca deste debate, para o qual trazemos cinco iniciativas.

A primeira iniciativa tem a ver com a construção de uma comunidade europeia de defesa. Não é uma ideia nova. Muitas das ideias de que é feita a Europa são ideias que têm um passado de séculos, que às vezes não encontraram o seu tempo, mas que depois há aqueles momentos na história em que o tempo e a ideia se reencontram.

A comunidade europeia de defesa foi rejeitada nos anos 50 porque dava um passo maior do que a perna, que era o da constituição de um exército único europeu e porque foi rejeitada em nome da construção da NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Aquilo que dizemos no nosso projeto de resolução é que Portugal deve participar nesse debate, uma vez que a realidade geopolítica mudou, que a NATO e o seu artigo 5.º não têm, neste momento, pela expressão das opiniões do novo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a validade que tinham antes, e que a Europa não pode fazer de conta que nada se passou e que pode valer a pena voltar à ideia da discussão de uma comunidade europeia de defesa, embora continuemos a considerar que sem um exército único europeu, apenas com elementos de cooperação em matéria de defesa por parte dos Estados-Membros da União Europeia.

Isto significa interoperabilidade, isto significa missões conjuntas, isto significa levar a sério a capacidade de dissuasão que países europeus têm, porque é isso também que nos permite dizer aos Trumps e Putins deste mundo que a Europa leva a sua defesa a sério, o que é a melhor garantia de paz.

Aplausos do L.

Além disso, coloca-se aqui uma questão de recursos, e é por isso que dois dos nossos projetos de resolução têm a ver com os recursos para fazer esta caminhada: onde os queremos ir buscar e onde, terminantemente, não queremos que sejam tocados recursos para serem desviados para a defesa.

Onde é que estes recursos podem ser procurados? O Livre disse-o desde a primeira hora em que regressámos a este Parlamento já com a guerra da Ucrânia no horizonte: a Rússia, que tem recursos que estão, neste momento, dentro do território europeu — serão praticamente 300 000 milhões de euros que estão agora confiscados —, deve, como qualquer potência agressora, pagar a reconstrução do país que foi agredido, a Ucrânia, que é sua vítima.

Aplausos do L.

Portanto, apresentamos um projeto de resolução para que Portugal esteja claramente, no debate europeu, do lado de quem acha que devem ser confiscados esses ativos e que esses ativos devem ser empregues lá onde são necessários e onde protegem não só a Ucrânia, mas também toda a Europa.

Apresentamos também um projeto de resolução sobre os recursos que não queremos que sejam beliscados, mesmo fazendo o debate difícil de reforçar a defesa europeia.

Não se pode defender o modelo europeu destruindo aquilo que é a sua essência: um Estado social vigoroso,...

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... serviços nacionais de saúde que cuidam dos cidadãos, democracias fortes.

Se destruímos o modelo social europeu deixa de haver algo em que os europeus se reconheçam e que queiram defender. Esse é o objetivo que queremos alcançar ao trazer para aqui um projeto de resolução que diga claramente que o Parlamento português não aceita a diminuição da proteção social dos europeus em nome da defesa, ao mesmo tempo que leva a sério a defesa europeia e que vai buscar os recursos lá onde é possível ir buscá-los.

Aplausos do L.

Uma quarta iniciativa do Livre tem a ver com a resiliência das nossas próprias democracias. A guerra voltou à Europa porque as democracias estão em risco e, para os projetos neoimperiais dos Putins e dos Trumps deste mundo poderem subsistir, eles precisam de colocar as nossas democracias em risco.

Na nossa aliada França foi realizado um estudo sobre a resiliência da democracia francesa e do seu Estado de direito perante um choque autoritário. Pode parecer um tema muito abstrato, mas os resultados desse estudo indicaram que um choque autoritário como aquele que está a ser vivido neste momento nos Estados Unidos, com o desmantelamento do seu Estado de direito, teria, em França, um prazo de 18 meses para poder ser implementado.

Vimos como na Hungria, por exemplo, os primeiros cinco meses de poder de Orbán serviram para alterar a Constituição várias vezes e para, depois, pôr uma Constituição nova e alterar uma lei eleitoral — isso já passados dois anos — que permitiu que, a partir daí, não houvesse mais alterações no poder de um autocrata como Orbán.

É por isso que queremos que Portugal também se possa precaver e que seja realizado em Portugal o mesmo estudo sobre a resiliência do nosso Estado de direito e da nossa democracia perante um choque autoritário.

Aplausos do L.

Deixo para o fim o nosso projeto de resolução que recomenda que Portugal peça adesão, enquanto membro observador, ao Conselho do Ártico. É algo que, por exemplo, a nossa vizinha Espanha já fez. Neste momento, Espanha é membro observador do Conselho do Ártico.

A importância talvez não seja evidente à primeira vista, mas a verdade é que o Ártico é um dos elementos de tensão nas dinâmicas geopolíticas do nosso tempo. E a verdade é que um país que tem uma projeção sobre o Atlântico Norte, em particular por causa do arquipélago dos Açores, não pode, de forma nenhuma, excluir-se ou afastar-se de todas as dinâmicas que têm a ver com o Atlântico Norte, mesmo aquele que está mais ao Norte e confina com o Oceano Glacial Ártico.

Porque as pescas portuguesas, tradicionalmente, foram até à Islândia, à Terra Nova e à Gronelândia lá no Ártico. Porque, em termos de águas territoriais, há uma proximidade entre as nossas áreas territoriais e as de países que são países árticos. Porque países como a Dinamarca, nossa aliada e Estado-Membro da União Europeia, já foram ameaçados na sua integridade territorial quando Trump diz que quer ficar com a Gronelândia de qualquer forma, e nós não queremos que o mesmo possa acontecer a qualquer pedaço, a qualquer parcela do território português.

É por isso que dizemos que este debate não é só sobre segurança e democracia na Europa. A nossa independência, a nossa soberania, a nossa democracia, a nossa capacidade de escolher o futuro estão, todas elas, em jogo, e Portugal não pode ficar fora deste debate.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Pretende responder separadamente ou aos dois em conjunto?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito bem, Sr. Deputado.

Vamos então passar ao primeiro pedido de esclarecimento por parte do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, dispondo de até 2 minutos.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, o parágrafo final do juramento de bandeira prestado perante o Estandarte Nacional reza o seguinte: «Juro, como português e como militar, [...] defender a minha Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida.»

Aplausos do CH.

Sei que são termos que poderão incomodar alguns, mas quem enverga ou envergou um uniforme militar não os esquece, porque ficam gravados a fogo nos corações e nas almas de cada um.

O Livre, com estas iniciativas, pretende insidiosamente atingir o objetivo da criação de um Estado federal europeu em que os Estados nacionais e a sua liberdade e independência deixam de existir, amalgamando-se numa estrutura supranacional e antidemocrática, afinal o sonho de qualquer ditador burocrata de Bruxelas,...

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

... onde, no conflito perante a potência marítima contra a potência continental, da democracia contra o totalitarismo, opta sempre pelos segundos.

A Europa que tanto amam, talvez mais do que à pátria portuguesa,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Portugal é Europa!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... só existe porque os Estados Unidos da América nunca a abandonaram com dinheiro, com armas ou com o sangue dos seus militares.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado, a segurança europeia só é possível aos dias de hoje sob a proteção da Aliança Atlântica e, por vezes, há que investir em canhões em detrimento da manteiga.

Pretende, com o projeto de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa, quebrar o vínculo transatlântico e, assim, enfraquecer o Ocidente, deixando-o à mercê dos apetites de autocracias chinesas?

Relembro Camões: «...também dos Portugueses / Alguns traidores houve algumas vezes.» Viva sempre, e acima de tudo, Portugal!

Aplausos do CH.

Protestos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vocês ainda perguntam qual Europa! Vão para o Indostão!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o segundo pedido de esclarecimento, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e saúde o Grupo Parlamentar do Livre pela apresentação que fez do conjunto de iniciativas que hoje debatemos.

Porque são bastantes, vou começar por centrar a minha primeira intervenção na última iniciativa, sobre o Conselho do Ártico. Não há dúvida de que o controlo do Atlântico Norte e do tráfego do corredor marítimo que se abre com o Ártico — em conjugação com aquela que é a nossa projeção atlântica, como bem disse — é matéria da maior relevância para a posição geoestratégica e influência geopolítica nacionais.

Contudo, e como nós sabemos, este é um momento de alguma sensibilidade acrescida, porque na origem do Conselho do Ártico está uma agregação de países vizinhos, onde a Federação Russa tem, naturalmente, um papel preponderante e um canal de comunicação que, inclusive, durante muitos anos, contribuiu para uma certa paz da zona.

Neste momento, em razão da guerra, como é bom de se perceber, os canais de comunicação estão quebrados, estão dificultados e, portanto, a discussão, a conversação e a eficácia dessas iniciativas neste quadro são particularmente difíceis.

Portanto, o que o Livre aqui nos traz hoje, eu diria que é sucedâneo daquilo que foi aprovado aqui, nesta Assembleia, em 2023, e que visava um plano para o posicionamento do País em relação ao Ártico. E, agora, o Livre propõe que nós façamos parte, enquanto membro observador, do Conselho do Ártico.

Nós não nos opomos, mas não deixamos de salientar que o momento e a diplomacia devem ter tato, uma sensibilidade numa matéria tão delicada. Infelizmente, no quadro da guerra, não podemos considerar que existe uma normalidade de conversação entre os membros permanentes no seio do atual Conselho, e isso obriga a uma recomendação acrescida para que a nossa diplomacia e a nossa decisão política não possam deixar de ter isso em conta aquando da sua ação imediata.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, foi aqui citado Camões — «...também dos Portugueses / Alguns traidores houve algumas vezes» — pelo Deputado Nuno Simões de Melo, que foi, ele sim, membro de um partido, a Iniciativa Liberal, que faz parte do ALDE (Alliance of Liberals and Democrats for Europe), um partido europeu, que, esse sim, que eu saiba — pois muitas vezes ouvi os discursos de Guy Verhofstadt, líder do ALDE —, defende a causa federalista na Europa.

Vozes do CH: — Por isso é que ele saiu!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falou dela com tanto asco e dos burocratas de Bruxelas com tanta dificuldade, que eu me pergunto se alguma vez, entre os ditadores, se lembrou de falar ou de condenar os ditadores autocratas de Budapeste e não de Bruxelas.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Também não me lembro de alguma vez — já que a integridade e a soberania lhe dizem tanto — o ouvir sequer expressar a sua solidariedade com a Dinamarca, país nosso aliado, aliado da NATO também, aliado da União Europeia, cuja soberania está posta em causa repetidamente pelo comandante-chefe do exército mais poderoso do mundo e de uma das superpotências do mundo, que diz: «Eu quero um pedaço do vosso país, quero um pedaço da Gronelândia.» Eu nunca ouvi o Sr. Deputado condenar!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pegue nas armas e vá combater!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nunca o ouvi dizer que é desonroso, que é vergonhoso aquilo que fez Trump.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Nunca o ouvi dizer que é igual àquilo que fez Putin com a Ucrânia. E, portanto, não são também traidores aqueles que omitem uma posição de coragem? Não são também traidores aqueles que não são amigos dos seus aliados?

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vá para lá, seu corajoso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O que é que dirá o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo se um dia Trump decidir dizer qualquer coisa sobre os Açores e houver um seu correligionário, lá na Dinamarca, que diga: «O melhor é eu ficar quietinho porque a minha aliança com Trump é mais importante do que dizer aquilo que o meu País merece.»

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Está calado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O que é que disse o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo quando, ainda agora, foi revelado que o Vox, partido seu correligionário, aceitava dinheiro vindo de um banco húngaro que, por sua vez, é um dos porta-moedas de Putin?

Protestos do CH.

É preciso praticamente tanto descaramento por parte do Chega para fazer um discurso como o que aqui fez, como se viesse fazer um discurso a condenar ladrões de malas ou outros criminosos vulgares.

Aplausos do L.

E, portanto, Sr. Deputado, para um debate sério, deixe-me ocupar-me de objeções e intervenções sérias.

Protestos do CH.

Sr. Deputado Paulo Moniz, eu quero que Portugal esteja nas salas...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Diga lá que a sua mulher trabalhou com o Augusto Santos Silva!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não sei se a Sr.^a Deputada Rita Matias quer deixar que o debate se faça.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Podem parar o tempo.

Protestos do CH.

Sr. Deputado Rui Tavares, pode continuar porque estava a ir bem e a resposta estava a ser ouvida, independentemente das tentativas de interrupção.

Vozes do CH: — Estava a ir bem?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Estava a ir bem operacionalmente. A Mesa é imparcial.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Estava a ir bem porque estava a atacar um ex-militante da Iniciativa Liberal!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Mesa gere trabalhos, não faz considerações aos conteúdos.

Vozes do CH: — Então não faça!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Chega, eu tenho todo o tempo para estar aqui e para voltar a dar a palavra aos Deputados quando houver condições.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Nós também!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — «Nós também»? Então dê condições, Sr. Deputado Rodrigo Taxa. O Sr. Deputado Rodrigo Taxa tem de respeitar a Mesa, que é quem gere os trabalhos. E o Grupo Parlamentar do Chega não estava a dar condições para que o Sr. Deputado Rui Tavares pudesse terminar as respostas aos pedidos de esclarecimento, nomeadamente do Grupo Parlamentar do Chega.

Pode continuar, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Paulo Moniz, eu quero que Portugal esteja nos fóruns e nas salas onde as decisões se tomam. E se sabemos que o Ártico é hoje importante, se sabemos que a nossa vizinha Espanha já é membro — com uma projeção atlântica que é menor do que a nossa, porque é a faixa costeira continental que tem, e é a do arquipélago das Canárias, que está menos próxima geograficamente dos países do Ártico —, Portugal deve estar presente, tal como a Gronelândia pode vir a reentrar na União Europeia e as negociações com a Islândia devem ser reabertas. Por isso, Portugal tem de ter uma posição de proximidade.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada Rita Matias pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, era para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, como deve entender, o Grupo Parlamentar do Chega não fica particularmente confortável quando vê um Deputado do Livre, avençado de Soros, criticar um ex-membro da Iniciativa Liberal e...

Protestos do L.

... quando vê que o Presidente da Assembleia da República, que por acaso também é membro da Iniciativa Liberal, se dirige a esta declaração e diz «está a ir bem». Isto não é conduzir os trabalhos, isto é ser parcial e soa a perseguição de quem teve a coragem de dizer que a Iniciativa Liberal deixou de ser liberal e passou a ser woke!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, quem está neste lugar não é de nenhum partido.

Aplausos do PSD, do PS, da IL e do L.

E, portanto, a minha função aqui não é assumir as dores que possa sentir quando estou sentado na bancada.

Protestos do CH.

É a diferença. E, portanto, espero sempre que aqueles que se sentam nesta cadeira saibam estar nesta cadeira e não ao serviço do seu próprio partido.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE e do L.

Sobre a parte do «ir bem», já mencionei que me estava a referir a ir bem operacionalmente.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos continuar com a apresentação de iniciativas legislativas. Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que dispõe de até 9 minutos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Se vai mal, também é só operacionalmente!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e também os cidadãos e as cidadãs nas galerias. Começo por agradecer ao Livre o agendamento deste debate. É um tema importante, que deve merecer a nossa reflexão e os nossos contributos.

Nesse sentido, acompanhamos algumas das propostas que são apresentadas, mas não na sua totalidade. E gostaria de referir e de falar, em particular, da proposta que diz respeito à Comunidade Europeia de Defesa.

Partimos, desde logo, de uma ideia que tem circulado muito nos últimos tempos, que é a ideia que se transformou numa espécie de premissa de que a União Europeia gasta pouco em segurança e defesa. Penso que podemos e devemos fazer esta reflexão de forma séria.

Gasta pouco em termos reais ou gasta pouco em termos comparativos?

Em termos reais, entre 2021 e 2024, os gastos com a defesa aumentaram mais de 30 %. E os gastos com a defesa, sem a NATO, foram de 326 mil milhões de euros, segundo os dados que foram divulgados pelo Conselho Europeu. Segundo dados de *think tanks*, esses valores são até mesmo de 440 mil milhões de euros.

Poucos dias depois da invasão da Ucrânia, a Presidente da Comissão Europeia dizia que a Europa tinha avançado mais em seis dias do que nas duas últimas décadas. Isso representou um investimento sem precedentes em gastos militares a nível europeu. Nessa altura, o dinheiro vinha diretamente dos fundos comunitários.

Em 2023, os Estados-Membros emitiram mais de 33 000 licenças para exportação, o que fez com que a França seja agora o 2.^o exportador, tendo ultrapassado a Rússia. Foram criados vários programas — sete, no total —, entre eles o Fundo Europeu de Defesa, e muitos milhões de euros foram aí dedicados. O próprio Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, que está fora do orçamento europeu, foi usado para comprar armas para países que estão em guerra.

Em abril de 2021, a Comissão Europeia dizia, por isso, que, por haver tantos gastos na defesa, seria importante que houvesse uma cooperação crescente entre os Estados-Membros neste campo e que essa cooperação poderia fazer-nos poupar entre 25 mil e 100 mil milhões de euros por ano.

Sei bem que os tempos são diferentes e que, com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, o investimento triplicou, quadruplicou, como sabemos.

Então, se não é em termos reais que gastamos pouco, será em termos comparativos?

O orçamento militar da Rússia é de 109 mil milhões de dólares. A Rússia, como sabemos, está em guerra e invadiu a Ucrânia. Em paridade de poder de compra, a União Europeia gasta mais do dobro da Rússia. A União Europeia gasta tanto como a China. A União Europeia só gasta menos que os Estados Unidos, mas todos os países gastam menos do que os Estados Unidos, todos os blocos gastam menos que os Estados Unidos.

Por isso, entendemos que seria importante fazer uma auditoria de defesa à União Europeia, para perceber porque é que tanto investimento, de si já muito mais elevado do que era há alguns anos, não responde àquilo que se julga ser as necessidades nesta matéria.

Uma segunda nota que me parece importante neste debate é saber de que é que estamos a falar quando falamos de segurança e defesa, porque me parece que há uma dissociação entre o que as elites europeias entendem por segurança e defesa e aquilo de que devíamos estar a falar realmente quando falamos de segurança e defesa.

As elites europeias, quando falam de segurança e defesa, não falam sobre a segurança material das populações, não falam da defesa na prática, que apenas se refere à militarização e à guerra, de acordo com aquele que é o seu entendimento, e, portanto, há uma distorção total das palavras. Nesse sentido, entendemos que devemos falar, sim, sobre defesa e segurança, mas não traduzir isso apenas em discurso militarista e de guerra. A proposta de Ursula von der Leyen não diz nada, nem uma palavra, sobre esses outros desafios. Refere-se exclusivamente aos gastos militares e com defesa.

O que está aqui em discussão não é verdadeiramente uma união de defesa, uma união de segurança, mas sim a criação de uma verdadeira economia de guerra — se não for acompanhada de outras políticas, é disso que estamos a tratar.

Além disso, sabemos que este é um projeto que interessa particularmente a alguns setores. Desde o anúncio de Ursula von der Leyen que as multinacionais da guerra europeias aumentaram, numa semana, o seu valor em 35 000 milhões de euros só em capitalização bolsista. Creio que assim também se torna claro que quem ganha com a remilitarização não é necessariamente o povo europeu.

O terceiro e último ponto tem a ver com a própria definição de autonomia estratégica. Ela tem sido usada de forma recorrente e, aliás, a própria Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, quando propõe mais 800 000 milhões de euros é supostamente para reforçar a segurança e defesa em nome da autonomia estratégica. Mas como é que propõe isto? Com vários instrumentos, vários mecanismos de financiamento, entre eles empréstimos, mas também com a flexibilização das regras orçamentais relativas ao défice e à dívida.

Só que essa flexibilização é apenas para a defesa, não é, por exemplo, para a habitação. Portugal tem um dos menores parques públicos de habitação da União Europeia, inferior a 3 %, e não pode gastar mais, supostamente, segundo estas regras, porque há limites. Portanto, é muito seletiva a escolha da flexibilização das regras orçamentais.

O que era impossível — e sempre foi dito que era impossível para construir uma Europa social — passa agora a ser possível para construir uma economia de guerra. Ursula von der Leyen disse, aliás, mais: disse que este dinheiro podia ir buscar-se também aos fundos de coesão. Não podemos aceitar, de nenhuma forma, que esses aumentos sejam feitos à custa dos fundos de coesão, das pensões, da saúde pública, da educação, do combate às alterações climáticas. Enfim, sabemos onde é que querem ir buscar os recursos, não podemos aceitá-lo.

Aplausos do BE e do L.

Por outro lado, e por fim, a União Europeia não quis, infelizmente, ser autónoma em relação à Ucrânia e também não quis ser autónoma em relação à Palestina. Em ambos os casos, escolheu aliar-se aos Estados Unidos e agora está um bocado perdida, não sabe bem o que há de fazer.

Mas são estes verdadeiros planos de autonomia? É interessante que, como disse há pouco, no início da minha intervenção, seis dias depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Sr.^a Presidente da Comissão assinalou a criação de um plano com investimento nunca visto na área da defesa e da segurança, teoricamente, para investir na indústria e na produção europeias.

Na semana passada, foi publicado um estudo do Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo, o SIPRI, que mostrava que, nestes anos em que se investiu como nunca para ter essa autonomia, dois terços das armas compradas pelos países da União Europeia vêm agora dos Estados Unidos. Houve mais do que a duplicação dessas compras e, portanto, nada se garantiu em relação à autonomia estratégica, nem mesmo em relação à produção.

Há muitas reflexões que devemos fazer, mas é essencial fazermos estas, porque, se ficarmos só por aqui, o que está em cima da mesa é um novo modelo de integração europeia que combina o constitucionalismo de mercado com uma identidade política baseada na força militar, mas que tem pouco a ver com segurança e tem pouco a ver com defesa.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Mesa regista duas inscrições para pedidos de esclarecimento, a que a Sr.^a Deputada responderá em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Madalena Cordeiro, do Chega.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Marisa Matias, falam sobre uma política europeia promotora da paz, da segurança e da defesa coletivas, mas leio a vossa proposta e vejo que não passa de um momento de azia para contestar a eleição livre e democrática de Donald Trump e para o responsabilizar pela guerra da Ucrânia e no Médio Oriente, que, já agora, caso tenham estado distraídos, ocorreu durante a liderança frouxa de Biden.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Mas, ao contrário dos senhores, não venho nem defender nem atacar Donald Trump, porque este foi eleito pelos americanos, e eu e a Sr.^a Deputada fomos eleitas pelos portugueses.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Em Munique, J.D. Vance expôs que está tão preocupado com a Rússia e com a China como também com a ameaça interna que a Europa enfrenta, nomeadamente, a perda dos valores fundamentais e de identidade. Apontou o dedo à Grã-Bretanha pelos ataques à liberdade de expressão de quem disse «chega de imigração islâmica descontrolada!» e foi preso por publicações em redes sociais.

Mais, apontou o dedo aos cordões sanitários à direita que o Chega representa, uma força política emergente em toda a Europa e que os senhores e os vossos parceiros fazem o possível para afastar do poder, mesmo que isso implique violações das regras democráticas e ignorar a voz do povo.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Na Roménia, um tribunal cancelou a primeira volta das eleições apenas e só porque o candidato era um representante desta direita.

Sr.^a Deputada, percebe que o seu discurso é tudo isto, é todo ele um atentado à democracia? Percebe que a sua força política não fez mais do que contribuir para a degradação do Ocidente?

O Ocidente passou mais tempo a discutir se um homem pode ou não perceber-se como mulher, enquanto as mulheres passaram a ser agredidas, violadas e assediadas por quem vem de blocos civilizacionais onde a mulher não passa de um mero objeto.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

Sr.^a Deputada, sei que o Bloco de Esquerda tem medo de eleições, mas partimos agora para um novo ciclo eleitoral e, uma vez mais, o Chega dará voz aos portugueses que pedem crescimento económico, mas não à custa da imigração descontrolada. Daremos voz aos jovens que querem deixar de emigrar, às famílias que querem ter melhores salários e que os seus filhos cresçam numa sociedade onde as escolas não são uma madraça de enviesamento à esquerda.

Vão agora apresentar propostas ao País ou vão continuar com esta postura antidemocrática para difamar e derrotar o Chega? Portugal merece mais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Onde é que estão as vossas propostas? Não apresentaram nenhuma!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre. Tem até 2 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, agradeço ao Bloco de Esquerda a proposta que nos apresentou. Na verdade, a Deputada Marisa Matias trouxe dados que são reais, dados que nós próprios partilhámos e que já temos trazido a debate.

É certo que a União Europeia já gasta, no seu conjunto, uma soma avultada no que diz respeito à defesa, agora faltam muitas coisas, e nós já o referimos: falta coordenação, falta assegurar a interoperabilidade, falta acreditar e construir uma comunidade europeia de defesa. Sim, porque apenas assim conseguiremos fazer com que estes gastos não precisem de ser aumentados para que cada país do seu lado, individualmente, tenha de assegurar a sua própria defesa. É nisto que nós não acreditamos, e não acreditamos também que a esquerda possa estar ausente deste debate. Não pode.

A partir do momento em que a Rússia invadiu a Ucrânia, era evidente que a esquerda, que a União Europeia e que Portugal iam ter de passar a pensar na sua própria defesa de uma maneira diferente. Era evidente que, a partir do momento em que Donald Trump venceu as eleições e se separou completamente da União Europeia, Portugal e a União Europeia iam ter de pensar diferentemente a sua defesa e a sua autonomia.

É nesta visão de autonomia que o Livre se identifica e é numa visão autónoma, portuguesa e europeia, sim, mas uma visão que recusa o austero belicismo. Nós sabemos bem, e sempre o dissemos enquanto partido europeísta, que a austeridade não tinha de ser sina de Portugal e da Europa. Nós dissemos sempre que a União Europeia tinha, e tinha de ter, os mecanismos de flexibilização no que diz respeito às regras orçamentais, os mecanismos de compra e de venda de dívida comunitária para financiar o nosso Estado social, e é isso que nós defendemos.

A história, na verdade, está do nosso lado. O século XX é muito claro. O Estado social na Europa formou-se, fundou-se e cresceu nos momentos em que os países mais gastavam e mais investiam em defesa. Este investimento tem de ser feito de forma coerente, de forma inteligente e nunca, nunca, nunca esquecendo aquilo que é a defesa do Estado social.

Mas a minha pergunta, Sr.^a Deputada, é muito simples: se o Bloco de Esquerda não quer Portugal na NATO, ou não vê na NATO um papel para a defesa da União Europeia, se não vê na Comunidade Europeia de Defesa um papel para Portugal, então, que papel é que nos sobra?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias. Dispõe de 1 minuto e 11 segundos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada do Chega, a Sr.^a Deputada fez uma intervenção completamente à margem do debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Madalena Cordeiro!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — A Sr.^a Deputada Madalena Cordeiro fez uma intervenção completamente à margem do debate.

Contudo, se é verdade...

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — Foi à margem do debate, mas não foi à margem da proposta!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, eu tinha pensado que hoje, por razões evidentes, conseguíamos fazer um debate solene, respeitador, mas é impossível com a bancada do Chega.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A sua intervenção foi uma pérola de solenidade!

Vozes do L: — Chiu!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Dito isto, nós não temos rigorosamente nada a ver com a eleição do Presidente dos Estados Unidos, como é evidente, são os cidadãos norte-americanos que o elegem, mas temos tudo a ver com a escolha dos nossos aliados.

Já sabemos que os aliados do Chega são Trump e Putin.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Os vossos são a Venezuela e a Coreia do Norte!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Permitam-nos escolher outros.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Em relação ao Sr. Deputado Jorge Pinto, partilhamos muitas das preocupações que aqui suscitou. Entendemos que, efetivamente, a esquerda não pode ficar à margem deste debate. Entendemos, aliás, que ao falar de autonomia não se pode falar apenas nestas questões, tem de se falar noutras.

Putin não entrou na União Europeia com tanques, mas entra todos os dias com servidores.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem! Exatamente!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Entra todos os dias a interferir nos resultados eleitorais de vários países. E em relação a isso, nós estamos a ter uma resposta quase ausente do ponto de vista do que deve ser o investimento europeu.

Mas, para responder diretamente à sua pergunta, Sr. Deputado, existem outras organizações, como a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), e há formas de cooperação e de interação entre os Governos que deviam existir e não existem.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra para a apresentação da última iniciativa, que será por parte da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, e com a sua permissão, permitam-me já que antecipe aqui a referência a quem nos está a acompanhar e a visitar hoje nas galerias, porque alguns também já estão a ausentar-se e convém que façamos essa referência enquanto estão a assistir.

Portanto, hoje temos um grupo de 139 alunos e professores da Escola Básica de Gueifães, da Maia; um grupo de 110 alunos e professores do Agrupamento de Escolas Madeira Torres, de Torres Vedras; um grupo de 33 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Proença-a-Nova; e um grupo de 36 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas. Sejam todos bem-vindos à Casa da democracia!

Aplausos gerais.

Para a apresentação da iniciativa do PAN, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que tem até 2 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço também ao Livre o agendamento deste debate, pois atualmente a Europa enfrenta, sem dúvida, um dos seus maiores desafios desde o fim da Guerra Fria.

Se, por um lado, temos o regresso da guerra à Europa, com a invasão da Rússia à Ucrânia, o que significa um ataque à soberania e aos valores europeus, enquanto temos o Estado russo a financiar partidos de extrema-direita também para minar a concordância europeia na proteção da Ucrânia e o combate a regimes autoritários; por outro, temos hoje a ameaça de Donald Trump que, além de andar de mãos dadas com autocratas, como Putin ou Netanyahu, faz constantes ameaças à soberania da própria União Europeia e promove a guerra económica com os seus aliados de longa data, algo que beneficiará apenas aqueles que sonham com a perda do poder e influência da União Europeia e a deterioração dos Estados democráticos.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a situação que todos já conhecemos deve convocar-nos não só no âmbito deste debate em torno da segurança, do fortalecimento da União Europeia, mas também daquilo que pode ser uma cooperação do ponto de vista da segurança de forma não militarizada, mas coordenada entre todos os Estados-Membros.

A par de um drama humanitário que tirou já a vida a mais de 12 000 civis e 43 000 soldados, uma tragédia humana, não podemos esquecer outras tragédias, como a crise ambiental, para a qual o próprio presidente Zelenskyy já alertou e que dificulta ainda mais a vida do povo ucraniano.

Desde que a guerra começou, os danos provocados ao país estão na ordem dos 71 000 milhões de euros, com a destruição de 3 milhões de ha de floresta, a contaminação de centenas de milhares de terras aráveis com minas, que é o sustento e a base alimentar da Ucrânia. A nível internacional, para além de estar o próprio Governo ucraniano a registar os crimes ambientais dos quais tem sido alvo, também a ONU (Organização das Nações Unidas) e a União Europeia têm sido aliados neste processo.

Portugal não deve fugir ao seu compromisso com a Ucrânia, pelo que propomos, através desta iniciativa, acrescentar à ajuda humanitária o auxílio para a recuperação ambiental, algo que é absolutamente fundamental perante este ecocídio que tem sido perpetrado pela Rússia, e olharmos para as questões humanitárias, económicas, mas também ambientais.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase das intervenções dos grupos parlamentares.

A primeira será do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Liliana Reis, que dispõe de 22 minutos e 47 segundos para o efeito.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os projetos de resolução que aqui discutimos tratam-se, sobretudo, de recomendações ao Governo, em matéria de política externa europeia e de defesa, por parte de partidos políticos que votaram, neste Plenário, a queda do Governo há dois dias. Por isso, não posso deixar de destapar os três níveis de hipocrisia que acomodam e que hoje mais do que nunca importa revelar para o esclarecimento de todos os portugueses.

Primeira hipocrisia: não é sério, não é honesto recomendar rumos alternativos de governação a um Executivo ao qual interromperam o percurso e a ação governativa.

Risos da Deputada do PS Ana Abrunhosa.

São tão mais graves estas iniciativas que aqui nos trazem, porque em nenhum momento se preocuparam com o quadro de ameaças que vivemos hoje, no atual ambiente geopolítico e geoestratégico internacional. Apenas o fizeram, porque oportunisticamente consideraram que este seria o derradeiro momento que teriam no calendário político nacional para suspender uma governação que aqui dentro e lá fora, nomeadamente na Europa, estava a ser destacada pelo seu sucesso.

O Sr. **José Costa** (PS): — Oh!...

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — *A Realpolitik sucumbiu ao reality show,...*

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos de Deputados do PS.

... porque contribuíram para a degenerescência da democracia em Portugal, como têm contribuído para a insegurança da Europa, na história do seu processo de integração.

Na verdade, das *high polities* passámos para as *low politics*, da política de Estado para o estado a que a nossa política chegou, com insinuações falsas, caluniosas,...

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... que além de não dignificarem o Estado de direito, a liberdade e a democracia, ameaçam o regime democrático, contribuindo para reforçar o populismo e denegrir a imagem do País a nível internacional.

Aplausos do PSD.

Segunda hipocrisia: os partidos que nos trazem estes projetos de resolução rejeitam uma Europa forte. Estes partidos foram promotores, ao longo dos últimos anos, de um desinvestimento na defesa,...

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... que nos conduziu até aqui: uma fraqueza percecionada quer pelos nossos inimigos, quer pelos nossos aliados — às armas dos primeiros, ficámos permeáveis a ataques; às alianças dos segundos, ficámos amputados de autoridade.

Vozes do PSD: — Isso!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Não basta dizer que somos defensores do Estado ucraniano, pintar os nossos perfis com azul e amarelo ou indignarmo-nos por humilhações que o Presidente Zelenskyy tem sofrido às mãos daqueles que têm poder.

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD) — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — O povo ucraniano e o seu Presidente sabem que apenas podem contar com o poder militar, porque é o poder militar que ganha uma guerra. E sabem quem dita os termos da paz? São aqueles que ganham a guerra ou aqueles que têm condições para a ganhar.

Aplausos do PSD.

Não, Srs. Deputados, não são aqueles que, com proclamações no papel e narrativas arco-íris, nos dizem, com discursos frívolos, que são pela paz. São aqueles que, reconhecendo a precariedade da paz nas relações internacionais, adquirem poder tangível, capacidades militares, e honram os homens e as mulheres que combatem pela nossa independência, pela nossa liberdade e pela nossa soberania,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... como este Governo fez, com a dignificação e valorização da carreira militar, no último ano.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Recuperando Robert Kagan, não são aqueles que querem lavar a loiça, mas aqueles que fazem o jantar.

O papel de figurante em operações de *peace building* e de apoio à reconstrução dos Estados tem sido assegurado depois de o protagonista, com operações de *peace enforcement*, dissuadir ou vencer a guerra. Mas esse protagonista, que garantiu a estabilidade, a prosperidade e a paz no mundo democrático e liberal, tem-nos revelado que pode não estar mais disponível para fornecer os ingredientes da ementa e os utensílios para a sua preparação.

Por isso, Srs. Deputados, nós e todos os europeus temos de aprender a cozinhar, se queremos manter o quadro axiológico que conquistámos e os valores, os direitos, as liberdades e as garantias de que dispomos.

Aplausos do PSD.

Para continuarmos a ser filhos de Vénus, temos primeiro de ser pais e mães de Marte.

Na *Odisseia* de Homero, à semelhança de *Circe*, que, quando *Ulisses* chegou ao palácio, o tentou transformar num porco, Trump ensaiou semelhante intento com o Presidente da Ucrânia. Mas este Parlamento, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nos últimos dias, foi muito mais longe — não tentaram apenas transformar o nosso Primeiro-Ministro num porco, mas conduziram-nos a todos a uma pocilga,...

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

... através de um populismo vazio que a todos condena, porque a nenhum isenta ou absolve.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.

Mais: o atual líder do Partido Socialista foi o principal promotor, no passado recente da nossa história democrática, com os partidos da extrema-esquerda — antieuropeístas, antiatlanticistas, iliberais —, de um acordo de governação de incidência parlamentar, para o qual já vieram mostrar não apenas abertura, como total disponibilidade. Imaginem esse acordo no atual momento de exigência que vivemos — seria o isolacionismo no mundo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — O Partido Socialista não tem como seu timoneiro aquele que ainda ontem citava Adriano Moreira, na Comissão de Assuntos Europeus, mas aquele que vive ideologicamente num processo revolucionário permanente de luta de classes, de crispação social, de enfermidade individual; aquele que elogiava o coletivismo dos partidos de esquerda contra o individualismo dos partidos de direita; aquele que, e passo a citar as suas palavras de 26 de maio de 2018, dizia «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades», recuperadas da obra de Karl Marx *Crítica ao Programa de Gotha*;...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que intelecto!

Risos da Deputada do BE Isabel Pires.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... e também aquele que, nos tempos da pós-verdade, toldou, e o valor da palavra dada, nada vale.

Depois do provável alerta de alguns camaradas, por me verem em lágrimas neste Plenário, na votação da abolição das portagens nas SCUT (sem custo para o utilizador), por me saberem a favor, não obstante o cinismo e o oportunismo do Partido Socialista,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... que a minha declaração de voto revelou, naquele dia em que fui confrontada com um cartaz com o meu rosto, no meu amado Fundão, a denunciar que eu não tinha palavra, Pedro Nuno Santos dirigiu-se a mim neste Plenário e assegurou-me que não se revia naquele cartaz e que o mesmo seria retirado.

Aplausos do PSD.

Não foi! Demorou quase o tempo desta Legislatura para o ser.

Indignam-se hoje com cartazes do Chega, quando utilizam as mesmas técnicas de subversão do terrorismo dos jacobinos franceses, liderados por Robespierre,...

Aplausos do PSD.

... ou dos regimes autocráticos modernos, que transformam órgãos de comunicação social em instrumentos de propaganda e doutrinação dos mais incautos.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — De quem?

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Podem berrar!

Hoje, meus senhores e minhas senhoras, não cortam cabeças. Hoje, vão mais longe, porque matam paulatinamente a honra e a dignidade dos homens e das mulheres que servem Portugal.

Aplausos do PSD, com Deputados de pé.

Pedro Nuno Santos nunca foi um anjo...

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Não faz milagres!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... e, por isso, nunca nos salvará. Mas, recuperando *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco — escritor português que partilha o sobrenome com o meu distrito e que, neste Plenário, pela Europa e pelo mundo, procurei servir e honrar —, «desde que qualquer sujeito perde o siso do coração, escusado é esperar que a razão lho restaure ou, em tão boa hora, que ele o recupere, depois de amargas provas. O homem, porém, que amanhece tolo aos 44 anos, a mim me quer parecer que, ao tardardecer-lhe a vida, a tolice refinará».

Terceira hipocrisia: o Livre manteve este debate com projetos de recomendação ao Governo...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah! Voltámos ao tema!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... sobre algumas propostas que já se encontram em curso no quadro institucional europeu,...

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Quais?!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... como o aprofundamento supranacional no domínio da defesa, como é disso exemplo o reforço do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e o desenvolvimento da base tecnológica e industrial de defesa da União Europeia, que terá de incluir os setores público e privado.

A comunidade europeia de defesa que o Livre propõe, fracassou, porque os próprios franceses a rejeitaram em 1952, e rejeitariam, com os holandeses, o Tratado Constitucional Europeu,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso foi há que tempos!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... como bem sabem, em 2005.

O aprofundamento supranacional não pode, em nenhum momento, excluir as preferências dos Estados-Membros no quadro intergovernamental, até porque, para tal acontecer, seria necessária uma revisão do Tratado de Lisboa.

Mas sabem que essa pretensão disfarçada de «mais Europa» mais não é do que a possibilidade de menos Europa, o que, face à relutância dos Estados em ceder soberania em matéria de defesa e política externa, poderá empurrar a Europa para maiores dificuldades de mutualização de interesses.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Os Estados-Membros não deixaram de ser Estados-Nação.

Preventivamente, almejam a perversão da liberdade pela subversão securitária, disfarçada de «estudo sobre a resistência do sistema político português contra um choque autocrático», uma ficção apenas semelhante ao filme *Relatório Minoritário*, de Steven Spielberg,...

Protestos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Fale das iniciativas!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... em que um departamento de polícia especializado apreende criminosos com base em premonições fornecidas por três videntes chamados *Precogs*.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sempre a falar do mesmo!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Não sei se os Srs. Deputados pretendem transformar-se em *Precogs* e agir preventivamente contra o livre-arbítrio dos portugueses, antecipando crimes, dizendo «vamos prender», porque o determinismo vidente da vossa parte consegue avaliar aqueles que serão ou não merecedores de viver em democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — O atual Primeiro-Ministro, o atual Governo e todos os Deputados que veem aqui do Partido Social Democrata continuarão a lutar por uma Europa livre e democrática, humanista e fraterna.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda não surpreende ninguém.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah, pois não! E ainda bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Referem no seu projeto que «a União Europeia quer repetir uma política fracassada e lançar os Estados-Membros numa nova ronda de austeridade, desta vez de cariz bélico». Falam em escalada armamentista e irresponsabilidade nuclear, e dizem que a segurança mundial e da Europa se garante com uma comunidade internacional comprometida com a paz.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que ideia mais radical!...

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, não sei onde aterraram a nave, mas de certeza absoluta que nem no Ártico foi. Decerto, chegaram há uns minutos e ainda não compreenderam o que é que se passa no mundo.

O projeto de integração europeu é um projeto iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial, para trazer a paz aos Estados europeus. Os europeus apenas conseguiram realizar as liberdades individuais e o Estado social, porque vivem em paz há 80 anos.

Protestos do BE, do L e de Deputados do PS.

Sr. Presidente, peço desculpa, mas estou a tentar falar há aproximadamente 13 minutos e estou constantemente a ser interrompida.

Continuação de protestos do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O tempo pode parar, se faz favor, e pode recuar 5 segundos, porque não parou de contar quando eu interrompi.

Sr.^a Deputada, para não haver dúvidas, em termos operacionais, estava a ir bem,...

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Mais ou menos!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... porque estava a ignorar as interrupções constantes que estavam a vir, nomeadamente, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em particular do Sr. Deputado José Carlos Barbosa.

Protestos do PS.

Mas a Sr.^a Deputada, como qualquer outro Deputado que está a fazer uma intervenção, pode sempre parar quando sentir que não tem condições. A Mesa irá parar a contagem do tempo e, depois, pedir ao Plenário para dar condições à Sr.^a Deputada para continuar a intervir, ou a qualquer Deputado que esteja a fazer uma intervenção. É assim que temos funcionado, é assim que vamos funcionar.

Entretanto, o Plenário já serenou, portanto, quando quiser continuar a sua intervenção, pode continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Os europeus apenas conseguiram realizar as liberdades individuais e o Estado social, porque vivem em paz há 80 anos. Pelo menos do ponto de vista da ameaça externa, viveram, porque, internamente, o vosso ódio à democracia liberal, que chamam «burguesa», foi proliferando nas nossas sociedades sob um manto de superioridade moral e pedantismo intelectual.

O júbilo que apresentam sempre que se fala em crise ou decadência da Europa ou dos Estados Unidos, independentemente da administração ou do presidente, é revelador do que vos move: o fim da ordem internacional liberal.

Naturalmente, a nossa capacitação militar e, com isso, a nossa capacidade de projeção de poder como ator global credível contrariam a vossa ambição, mas assevero-vos que o nosso Primeiro-Ministro e este Governo, se continuarem a ser merecedores da confiança dos portugueses, estarão sempre ao lado de uma Europa estrategicamente forte e resiliente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é precisamente nos momentos de maior exigência que o ser humano revela o seu melhor e o seu pior.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Estamos a ver que sim!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Nos últimos dias, a oposição em Portugal revelou o seu pior. Não contem comigo nem contem com o Partido Social Democrata para esta decadência moral. Contem connosco para

revelar o seu melhor, no sentido de reformar e transformar Portugal e de devolver aos portugueses a esperança de um futuro melhor e à Europa a salvaguarda da paz.

Permitam-me que recupere um poema que escrevi há uns anos,...

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não, não quero ouvir!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — ... que diz o seguinte: «Ó Europa, doce Europa, filha de Agenor, o que fizeste a Zeus? E a todos os Europeus? Entre a sedução e o abandono... O amor e o horror... Na chegada e na partida somos todos teus plebeus.

Do Atlântico aos Urais, o teu corpo ficará aprisionado e o rubi dos teus lábios será do sangue derramado! Sobre os teus membros jazerão os mortos e do teu ventre nascerá o Estado e os revoltos.

O teu filho alimentar-se-á de ódio e guerra e será temido por toda a terra!

Perderá a clemência e humanidade, apenas para salvar a nacionalidade.

Na tua derme serão tatuadas estrelas e sairás de Creta para Bruxelas. Perecerá, sobre nós, a tua maternidade e a esperança restará na fraternidade!

Ó Europa, doce Europa, de Cadmo irmã, mãe de Minos, Radamanto e Sarpedão, a tua noite estendeu-se à manhã e das tuas luzes fez-se escuridão!

Atenas, Roma, Lisboa, Paris ou Viena, encontram-se agora de quarentena. Voltaire, Kant e Constant não são ciência e à morte do seu legado, fica a condolência!

O Primo Levi e a sua bárbara experiência, a tua arte e cultura estão em decadência. Não adentram num tubo de ensaio e cada um de nós é agora lacaio.

Ó Europa, Europa de todos nós, bendigo o teu nome e invoco a tua ressurreição, para que sejamos novamente afortunados e dos valores e da riqueza se faça reparação!

As palavras de Milosz às tuas crianças esvaneceram-se por entre a azáfama, Descartes e Espinoza peregrinam entre a lama e da racionalidade resta-nos a lembrança!

Renasce Europa, acorda! Salvai-nos ou dai-nos a corda! Devolve-nos, de Locke, a liberdade e leva para as trevas a pós-verdade!

Que o *Minotauro* te dê força e alento e a todos os homens do Parlamento. Exerce a tua superior magistratura, ou reduzir-te-ás a uma simples caricatura!»

Aplausos do PSD, com o Deputado Miguel Guimarães de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, o Sr. Presidente tem solicitado para que os serviços técnicos melhorem o som aqui na Mesa, e, de facto, ele está melhor. Nós estamos a conseguir ouvir as intervenções que são ditas aos microfones, mas também estamos a ouvir muito ruído, e no final da intervenção da Sr.^a Deputada Liliana Reis havia demasiado ruído, tal como ao longo da intervenção. Uma coisa são apartes, outra coisa é um barulho constante, permanente, porque isso, de facto, distrai quem está a fazer uma intervenção, podendo perder o raciocínio, se não for o caso de uma intervenção escrita.

Vamos continuar no período das intervenções e, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Moreira, que terá até 25 minutos para a sua intervenção.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr.^a Deputada Liliana Reis, depois de a ouvir, permita-me que lhe recorde que, no dia 7 de novembro de 2023, quando António Costa se demitiu, sozinho, sem estar ladeado dos seus ministros e das suas ministras, na sequência de um parágrafo que constava de um comunicado da Procuradoria-Geral da República, Luís Montenegro disse: «A manipulação e a mentira têm sempre um prazo de validade.» E, na mesma intervenção, usou palavras como «compadrio», «pântano», e falou imediatamente em «corrupção administrativa e política».

A Sr.^a Deputada está apresentada!

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Liliana Reis.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, saudamos o Livre pela recomendação da realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática.

Também em Portugal há ameaças ao Estado de direito, à democracia e aos direitos humanos. O nosso ordenamento jurídico não está imune a que os seus procedimentos e instituições sejam instrumentalizados ou utilizados abusivamente por atores para subverter a lógica do escrutínio político, para descredibilizar a importância civilizacional da democracia pelo procedimento, para fazer uso de institutos constitucionais de forma fraudulenta, para tentar negociar mecanismos de inquérito político estabilizados em lei da República ou para, em nome de uma falsa liberdade de expressão, permitir um palco de calúnia, de difamação e de incentivo ao ódio.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Oiçam o ódio!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É difícil encontrar mecanismos que poupem a sociedade aos que, sendo *primus inter pares*, se transformam em «primos entre pares», confundindo a fronteira da democracia e dos seus inimigos em nome de uma deriva partidária. Precisamos de garantias de independência das instâncias que a isso estão obrigadas.

Em todo o mundo, e também em Portugal, temos de saber o que fazer para inviabilizar transferências de poder para fragilizar, ou mesmo destruir, o funcionamento do sistema democrático do Estado de direito e a proteção dos direitos fundamentais de todas as pessoas.

Uma das práticas utilizadas nos chamados «processos de subversão democrática» é a limitação dos poderes de escrutínio da oposição. Vivemos tempos históricos em que o Governo demitido se multiplica em órgãos de comunicação social, adjetivando a oposição, depois de ter tentado fazer um negócio com um dos mais solenes poderes de escrutínio, em pleno debate de uma moção de confiança que quis apresentar.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — É mentira!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Vivemos tempos em que se apela ao debate direto com os portugueses, sem intermediação jornalística ou parlamentar. É um elogio descarado à democracia direta, enquanto se desenvolvem teorias da conspiração e se apelidam de *fake news* as notícias que incomodam.

O Governo que não ajudou à saúde da democracia, em matéria de controlo político sobre a Administração Pública e outras entidades públicas, que tomou para si um caso que só ao Primeiro-Ministro dizia respeito, arrastou o regime para o insulto, como vimos na última intervenção. Estamos a viver um momento de degradação do regime, porque a única saída que o Primeiro-Ministro Luís Montenegro encontrou foi começar a espalhar o seu mal pelos outros.

Não debatemos o que interessa ao País, porque ainda hoje os jornais abriram a explicar o que disse o Presidente da Assembleia da República, Pedro Aguiar-Branco, do líder do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos. Não vou repetir. No Conselho Nacional do PSD, houve palmas a quem apelidou o líder do Partido Socialista de «sem-vergonha» e pérolas piores. Esta é uma amostra do que acontece quando o desespero se instala, o apego ao regime acaba e a coragem desaparece.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O que é que isso tem a ver com a Europa?!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Acontece que o regime é firme, e assegurar a resistência das instituições públicas e do ordenamento jurídico a todas as ameaças é urgente. Há quem permaneça deste lado.

É urgente robustecer o respeito pelos valores constitucionais. É urgente recordar a todos e a todas a diferença entre legitimidade de título e de exercício; o valor contramaioritário dos direitos fundamentais; a

liberdade e a segurança enquanto valores e direitos de todas as pessoas e não de algumas, à custa do esquecimento dos indesejados da história.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A pergunta deve ser «qual era o tema?», tendo em conta que fugiram todos ao mesmo!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pergunto-lhe se responde individualmente ou em conjunto.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O primeiro pedido de esclarecimento será do Grupo Parlamentar do Chega. Dispondo de 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Moreira, as grandes plataformas multilaterais, alimentadas por uma burocracia crescente de representantes não eleitos e cada vez mais poderosos, representam um grave perigo para a independência das nações que as integram e para as democracias liberais. Isto consta do programa do Chega, e a Europa das nações soberanas, o modelo intergovernamental de cooperação entre Estados soberanos que nós defendemos, é diametralmente oposta ao modelo federal, o modelo de subordinação dos Estados ao centralismo de Bruxelas.

O que o Livre hoje aqui quer, com este debate, é a criação de uma chamada «comunidade europeia de defesa», que não é mais do que utilizar, de forma subversiva, uma linguagem *soft* para aquilo que eventualmente pretende, que é a criação de uma força militar ou de um exército europeu.

O Livre fala, nos seus projetos, de perigos para a democracia, de extremismos, de tensões mundiais, das violações dos direitos humanos, do direito internacional, e põe até em causa o direito penal internacional! Ou seja, mistura tudo, e, como o Bloco de Esquerda, depois põe um *top*, que é o combate às alterações climáticas. Então, diz que, se queremos democracia, temos de a defender, e temos de a defender com uma ação concertada em matéria de defesa.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Ora, Srs. Deputados, isto sim pode vir a ser o maior choque autoritário e de subversão democrática que a União jamais viu.

Aquilo que obviamente se pergunta é: como fazê-lo?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ó homem, já se fez isso! Já se perdeu!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Como tornar exequível, Sr.^a Deputada, aquilo que neste momento é inexecuível? Compreendo que a Sr.^a Deputada se afine pelo diapasão do Livre, mas sobre esta matéria nada disse.

Pode talvez questionar os seus colegas de bancada, nomeadamente o Sr. Deputado José Luís Carneiro, sobre o que lhe vou perguntar de seguida. Nós entendemos como mais importante a definição de uma linha de pensamento comum, com um objetivo único, para chegar à palavra-chave desta temática: interoperabilidade.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Como conjugar esta interoperabilidade com a salvaguarda dos interesses nacionais e a soberania de cada Estado-Membro da União, Sr.^a Deputada?

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E já interoperabilizou!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O segundo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD. Até 2 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Liliana Reis.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Isabel Moreira disse que eu, no dia 7 de novembro de 2023, depois da demissão de António Costa, referi aqui, neste Plenário, palavras como «compadrio» e «pântano».

Vozes do PS: — Não, não!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Eu estava, no dia 7 de novembro de 2023, em Israel...

Protestos do PS.

Disse que eu estava apresentada, Sr.^a Deputada!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, só um momento, que os 27 segundos estavam a ser descontados ao PS, por isso têm de ser repostos no PS e retirados do PSD. Deixe só o tempo ser rearranjado.

Pausa.

A Sr.^a Deputada pode continuar, que depois será feito o ajuste.

A Sr.^a **Liliana Reis**: — Sr.^a Deputada, acho que todos aqui percebemos que o momento de exigência no quadro europeu exige a mobilização dos mais diversos instrumentos. Aliás, já partilhei várias vezes, na Comissão de Assuntos Europeus, a necessidade que temos de estarmos unidos no avanço de instrumentos supranacionais — e tive a oportunidade de referir dois — quer ao nível da base tecnológica industrial de defesa quer também no reforço do instrumento *Peace Facility*.

Mas, neste momento, o avanço para mais supranacionalidade neste domínio implica que os 27 Estados-Membros tenham a mesma visão daquilo que é a Europa. Ora, se as próprias democracias, internamente, estão sob ataque, como é que queremos unir 27 Estados-Membros em torno de um projeto comum?

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Mais: por isso é que temos feito um caminho — como dizia Jean Monnet, a Europa não se faz toda de uma vez; faz-se *step by step*.

Mas há aqui uma segunda questão, que é: como é que protegemos as nossas democracias, não apenas da ameaça externa e da ameaça convencional, como uma guerra, mas internamente, sem ser do ponto de vista securitário, como o projeto do Livre sugere?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não leu o projeto, certamente! Não leu!

A Sr.^a **Liliana Reis**: — Sim, é um projeto altamente securitário que pode comprometer liberdades individuais fundamentais.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não o leu!

A Sr.^a **Liliana Reis**: — É um projeto de recomendação ao Governo para testar a nossa resiliência!

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Moreira, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, queria dizer ao Sr. Deputado do Chega e à Sr.^a Deputada do PSD que fiz uma intervenção sobre o projeto do Livre que diz respeito à recomendação da realização de um estudo sobre resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática. Como todos e todas puderam ver, as perguntas que me fizeram não tiveram nada a ver com a minha intervenção,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Porque a sua intervenção não teve nada a ver com o tema!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ouça, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... o que acho bom, porque, depois da intervenção da Sr.^a Deputada do PSD, que falou longamente sobre aquilo que não é o Partido Socialista,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Falar do António Costa?!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não falou do tema!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... ficou demonstrado o que é realmente importante nesta matéria, neste projeto de resolução, e fico contente por terem ficado convencidos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos continuar com as intervenções dos grupos parlamentares. Entretanto, o tempo já foi corrigido.

O Sr. Deputado Rui Tavares pede a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, há pouco, durante uma interpelação da Sr.^a Deputada Rita Matias, foi utilizada uma expressão sobre mim de que eu seria um avençado de Soros.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Já se explicou tudo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Posso fazer a minha interpelação à Mesa, Sr.^a Deputada? É que eu quero falar para a Mesa, não quero falar para mais ninguém.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então fale, Sr. Deputado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Então não vou permitir!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Como já ocorreu noutras ocasiões em que esta atoarda foi aqui utilizada nesta Câmara, tentei não interromper os trabalhos então. Só que, entretanto, há jornalistas a perguntarem se isto tem algum fundo de verdade.

Risos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quais jornalistas?! É o jornal *Avante!*?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E, para facilitar o trabalho da Mesa, da Câmara e da própria imprensa, cumpre-me lembrar aqui — e as atas serão facilmente recuperáveis — que, em cada ocasião que a bancada do Chega utiliza esta mentira, se tem perguntado qual é o documento, ínfimo sequer, que tem para comprovar tal ideia, e nunca o apresentou, razão pela qual eu, para não fazer perder o tempo de ninguém, normalmente não respondo; mas direi já à Mesa que, de cada vez que esta mentira voltar, responderei com uma notícia verdadeira do Chega.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ui, ui! Cuidado com ele!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Tenho aqui um dossiê que já vai crescendo.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, quando a Mesa se puder pronunciar sobre esta interpelação...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A informação é pública, *open society!*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Qual informação, é do vosso pasquim, pá!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Permitam-me que dirija esta minha resposta à interpelação do Grupo Parlamentar do Livre a dois grupos parlamentares, o Grupo Parlamentar do Livre e o Grupo Parlamentar do Chega, porque, peço desculpa pela expressão, esta picardia — picardia no bom sentido, é normal haver picardias em política — que existe entre o Grupo Parlamentar do Chega e o Grupo Parlamentar do Livre, que mete George Soros à mistura, é recorrente.

Vozes do L: — As mentiras são repetidas!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não sei qual é a solução que o Sr. Deputado quer,...

Vozes do CH: — Exatamente!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... porque estão na liberdade de querer continuar a dizer uma coisa que todas as pessoas já ouviram.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — As mentiras são mentiras!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, não há uma solução. Aquilo que digo aos Srs. Deputados todos é que já vamos estar habituados a isto. O Grupo Parlamentar do Chega vai referir-se a uma potencial relação do Livre com George Soros...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falsa, falsa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e o Grupo Parlamentar do Livre vai fazer uma defesa da honra ou uma interpelação à Mesa a dizer que isso é mentira, comprovando. Portanto, esta é só mais uma vez em que vai acontecer.

Estou a fazer esta interpelação para ficar notório para todas as pessoas que isto já aconteceu várias vezes e vai continuar a acontecer, e os outros partidos todos que estão presentes nesta Casa nada podem fazer a não ser assistir. É o que tenho a dizer a esta interpelação.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Começa assim?! Boa!...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então passar a uma intervenção do Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que dispõe de até 7 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Bom, importa não ignorarmos as circunstâncias em que este debate ocorre. É que, na verdade, estamos perante um Parlamento em pré-dissolução, que está a fazer recomendações a um Governo que demitiu.

Isto faz lembrar a parte final do romance *Equador*, de Miguel Sousa Tavares, em que o governador de São Tomé escreve uma carta ao rei D. Carlos antes de se suicidar e a carta chega depois do regicídio; ou seja, uma carta escrita por um homem que se suicidou depois de a escrever para um homem que morreu antes de a ler.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Foi assassinado! Não morreu de causas naturais!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É um pouco aquilo que estamos hoje aqui a fazer, Srs. Deputados,...

Aplausos do PCP e de Deputados do PS.

... e esta circunstância não pode ser ignorada neste debate.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Foi assassinado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se o Sr. Deputado Paulo Nuncio permitir, irei prosseguir agora sobre o conteúdo.

Quanto ao conteúdo, creio que vemos aqui, nas iniciativas do Livre, que marcou este debate e que apresentou as suas iniciativas, um alinhamento com os círculos dominantes da União Europeia e com uma histeria belicista — aliás insensata — que perpassa hoje nos círculos dominantes da União Europeia, a que, aliás, o Partido Verde Europeu, a que o Livre pertence,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E o Partido Ecologista «Os Verdes», que também faz parte da CDU (Coligação Democrática Unitária). A CDU também pertence ao Partido Verde Europeu!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... se associa e em que, de certa forma, diria que é uma certa traição à história do próprio Partido Verde Europeu, porque este partido cresceu, sobretudo na Alemanha, num quadro de plena Guerra Fria, na primeira metade dos anos 80, contra a instalação de mísseis nucleares na Europa. Portanto, esse partido, que cresceu pacifista contra a instalação de mísseis na Europa, hoje aparece,

designadamente até pela voz da Ministra dos Negócios Estrangeiros alemã, nos círculos da linha mais belicista da União Europeia a que, enfim, lamentavelmente vemos aqui o Livre associado.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Ora bem, mas aquilo que aqui se propõe é uma europeização da política de defesa nacional e, sobretudo, dos investimentos em matéria de defesa nacional.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ou seja, o que se propõe é: o núcleo mais fundamental e essencial da soberania dos Estados, que é a sua defesa nacional, ser alienado a favor de um poder supranacional para a defesa dos supostos valores europeus.

Esse é um poder concreto dos círculos dominantes da União Europeia, e é esse poder que foi responsável pela tragédia na Líbia. Foi responsável pela desagregação da antiga Jugoslávia — com as guerras civis —, pelo ataque à Sérvia e a criação de um artificial do Kosovo,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ataque à Sérvia, é!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... pelo apoio ao genocídio da Palestina. São os círculos dominantes da União Europeia que não querem pôr fim à guerra na Ucrânia.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah...!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Nós não nos associamos a esses círculos.

Depois, o que se propõe aqui é a quadratura do círculo, que é dizer que é preciso fazer investimentos militares na União Europeia, é preciso criar uma comunidade europeia de defesa, mas, ao mesmo tempo, não se pode fazer isso à custa do sacrifício do Estado social.

Bom, Srs. Deputados, isto é a quadratura do círculo. É querer, como o povo diz, «sol na eira e chuva no nabal». Ou bem que se defende a remilitarização da União Europeia, ou bem que se defende o Estado social. Quase que apetecia pegar nos dois pontos que integram o projeto do Livre e perguntar se esses dois pontos não deveriam ser votados em alternativa, porque um naturalmente exclui o outro.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Até o PCP!

Protestos de Deputados do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre até do PCP leva porrada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento e, para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, em primeiro lugar, se calhar é importante darmos ambos o esclarecimento à Câmara de que a própria Coligação Democrática Unitária, pela qual o Sr. Deputado foi eleito, conta com o Partido Ecologista «Os Verdes», que é parte do Partido Verde Europeu e que foi membro de pleno direito desse Partido Verde Europeu durante todas estas décadas dessa evolução.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não queria que o Sr. Deputado se colocasse de fora dessa história.

A questão mais de fundo que aqui se coloca é se os países, nomeadamente os países médios e pequenos, têm o direito de genuinamente cooperarem entre si para assegurarem que a sua integridade territorial, a sua democracia, as suas liberdades, no fundo, sejam respeitadas. Isso é contraditório ou não com o Estado social?

Creio que o Sr. Deputado não é contra a primeira ideia, porque é um ato de soberania dos próprios Estados decidirem cooperar entre si, assim não era com blocos político-militares do passado em que os países eram obrigados a fazer parte desses blocos político-militares — mesmo sob o risco de invasões internas dentro desses blocos político-militares, como foi o caso do Pacto de Varsóvia —, mas creio que saberá que, mesmo nessas ocasiões, durante o período do pós-guerra europeu, os nossos Estados sociais foram construídos e que o dinheiro que serve para aumentar a produção, muitas vezes, aumenta os níveis de emprego e permite reforçar a segurança social.

Queria perguntar-lhe se confirma ou não que isso é verdade.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, o Partido Ecologista «Os Verdes», que muito estimamos, faz parte, creio que ainda faz parte, do Partido Verde Europeu,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Faz! Faz!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... mas não se associa politicamente àquilo que defende, designadamente, a Sr.^a Annalena Baerbock. Muito longe disso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Então? E daí?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, o facto de pertencer a esse grupo não significa que compartilhe as suas posições. Designadamente, é muito diferente, daquilo que sabemos das suas posições, daquilo que o Livre aqui defendeu.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É só usar a mesma bitola para o Livre.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Agora, a questão tem a ver com o conteúdo daquilo que o Livre aqui propõe, que está alinhado com os círculos belicistas que hoje dominam nesse partido a nível europeu.

O Sr. Deputado sabe que a União Europeia não é um processo de cooperação, e como a comunidade europeia e a defesa não eram um processo de cooperação, foi vetada, designadamente em França, nos anos 50.

Protestos do L.

É que uma coisa é defender a cooperação, outra coisa é defender a alienação supranacional de poderes soberanos, ligada mesmo a uma matéria tão essencial como é a defesa nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então e o Pacto de Varsóvia?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos à intervenção do Grupo Parlamentar do Chega e, para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, que dispõe de até 14 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Europa, segurança e democracia, este é o tema do debate de hoje. E não deixa de ser curioso que este debate ocorra no último Plenário desta Legislatura, no rescaldo de uma crise política provocada por um Primeiro-Ministro com gravíssimas suspeições acerca da sua conduta ética e legal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Vozes do PSD: — Oh...!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Srs. Deputados, a minha primeira palavra não pode, pois, ser outra: a segurança e a democracia são ameaçadas sempre que a mancha da corrupção e da impunidade imperam em Portugal,...

Aplausos do CH.

... afundando-nos na cauda da Europa e envergonhando a nossa nação entre os seus pares.

Portugal está em desvantagem. A nossa segurança e a nossa defesa estão a ser desprezadas por aqueles que se dizem preocupados com o futuro.

Mas quem é que verdadeiramente está a proteger o País? Quem está a garantir que as nossas fronteiras e o nosso povo estão em segurança? Infelizmente, nos últimos 50 anos, a resposta é simples. Ninguém.

Vimos, ao longo dos anos, uma esquerda ideológica que sempre fez ouvidos moucos às necessidades de reforçar as nossas Forças Armadas. Um Partido Comunista que, se tivesse o poder, teria retirado Portugal da NATO e posto o País ao serviço de regimes autoritários como o da Coreia do Norte.

Vozes do CH: — Muito bem!

Risos do PCP.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — E, depois, temos o Livre, que quer colocar os seus extremismos ideológicos e ecológicos no mesmo patamar de importância que o fortalecimento da nossa defesa.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Desculpem, mas isto só pode ser uma piada.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Se Portugal tivesse um Governo liderado por este partido e fosse atacado, responderíamos com o quê? Com painéis de solares?

Risos de Deputados do CH.

Meus senhores, isto é brincar com a nossa soberania, isto é gozar com a nossa segurança.

E o Partido Socialista? Eu digo-vos: em vez de ter investido nos nossos militares, em vez de garantir que as nossas Forças Armadas tivessem os recursos e as condições de que necessitam, gastou o nosso dinheiro, o dinheiro dos contribuintes, a fazer um manual para ensinar militares a receber pessoas trans.

Contudo, PSD e CDS, em apenas um ano, demonstraram não merecer a confiança dos portugueses. Encontram-se mais preocupados com a sua sobrevivência política do que com a sobrevivência das nossas Forças Armadas. Enquanto os nossos soldados recebem salários miseráveis, enquanto faltam equipamentos essenciais, enquanto temos famílias de militares a viver em condições precárias, os sucessivos governos preocuparam-se em perpetuar preconceitos ideológicos. E, o que é pior, os nossos ex-combatentes, aqueles que deram tudo pela pátria, continuam a ser ignorados, sem as pensões dignas que merecem,...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Mentira! És um mentiroso!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... sem o apoio de que precisam e, até mesmo, a dormir nas ruas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — És um mentiroso!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Onde está o respeito aos ex-combatentes?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — És um mentiroso!

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Agradeço que o Sr. Deputado se acalme.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — És um mentiroso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, Srs. Deputados,...

Pausa.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o Sr. Deputado me ouvir, têm de me dar condições.

Sr. Deputado, repetir muitas vezes a mesma coisa não constitui um aparte, é uma interrupção da intervenção e a Mesa não vai permitir isso.

Portanto, peço que dê condições para que o Sr. Deputado continue a sua intervenção.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Espero que a imprensa registe isto!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, onde está o respeito pelos ex-combatentes? Onde estão as pensões justas para quem lutou pela nossa soberania? O Partido Socialista e o PSD deveriam ter vergonha de tratar assim os nossos heróis. E o Ministro da Defesa, do CDS, faz exatamente o que o PSD manda, ou seja, nada. Ele não está a trabalhar para melhorar as condições dos nossos militares, ele não está a garantir que o nosso País tenha uma defesa forte e eficiente. Aliás, está apenas, e tão-só, a tentar não cair na irrelevância.

Mas digo-vos, portugueses: há uma alternativa. Há um partido que não abandona os militares, que luta pela defesa do País, que coloca as necessidades reais de Portugal acima das ideologias. E esse partido é o Chega.

Aplausos do CH.

A pergunta que se impõe é simples: se em 50 anos nada mudou, então para quê continuar a confiar nos mesmos? Deem-nos uma oportunidade para governar, deem-nos uma oportunidade para proteger o País, deem-nos uma oportunidade para respeitar os nossos militares e ex-combatentes, deem-nos uma oportunidade para garantir a nossa soberania e a nossa segurança.

Portugal merece mais, Portugal merece um futuro seguro, Portugal merece ser protegido. Portugueses, deem-nos uma oportunidade para salvar o nosso País.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. É para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, gostaria apenas, depois da interrupção ao Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, que dissesse que essa interrupção foi feita, com má educação, pelo Sr. Deputado Carlos Reis, do Grupo Parlamentar do PSD, porque as coisas têm nome e a imprensa tem de saber os nomes. É que não é só quando são os Deputados do CH que a imprensa tem de saber os nomes. Tem de saber os nomes dos Deputados do PSD que são mal-educados, que não se sabem comportar nesta Câmara, e o Sr. Deputado Carlos Reis tem sido um grande exemplo disso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, como já vão...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Estou a falar, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro... Agora ia dizer o seu nome, mas não vou dizer, que é para não ficar também melindrado.

Gostaria só de dizer que já me vão conhecendo e que se há alguém que, a gerir os trabalhos, até vai referindo nomes de Deputados de vez em quando sou eu, e que a última vez que fiz uma interrupção nestes trabalhos, até foi para referir o nome de um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Portanto, não o faço só relativamente ao seu grupo parlamentar. Faço-o em relação a todos, vou-o fazendo, não o faço sempre que interrompo, senão nunca mais saímos daqui, a referir os nomes de toda a gente.

Sr. Deputado, queria pedir uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, era para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição destas notícias e das resoluções do Conselho de Ministros que determinam que os militares portugueses tiveram o maior aumento e a maior dignificação profissional dos últimos 20 anos de democracia.

Vozes do CH: — Oh! Oh!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — A mentira não pode prevalecer!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pede desculpa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, se fizer chegar os documentos aos serviços, depois far-se-á a sua distribuição. Vamos continuar com as intervenções dos grupos parlamentares.

A próxima é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, que dispõe de até 19 minutos e 9 segundos.

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O tema que nos trouxe hoje aqui é vasto; permita-me que me foque, nesta minha intervenção, nos Projetos de Resolução n.ºs 584/XVI/1.^a e 594/XVI/1.^a, respetivamente do Livre e do Bloco de Esquerda, isto para focar os pontos, que são aprofundados nestas iniciativas, relativamente ao que vem sendo o pendor que tem sido dado — e bem — às questões da defesa, no âmbito da União Europeia, e à forma como este tem sido um tema que tem ganhado relevância e dimensão.

De facto, não podemos, e não devemos, ignorar que vivemos tempos conturbados que exigirão, da parte de todos os Estados-Membros que compõem esta União, uma visão comum quanto à necessidade do reforço das suas infraestruturas e dos seus mecanismos de defesa. Afinal, o conflito a Leste, para que todos, de alguma forma, nos vimos empurrados, vieram impor esta visão, vieram deixar a descoberto algumas das nossas fragilidades e permitiram-nos, inclusive, perceber, nos tempos mais recentes, que a lógica em que, durante muito tempo, foi encarada a nossa política de relações internacionais perde sentido, em determinados contextos, na medida em que, com Trump na Casa Branca, ficamos muitas vezes confusos sobre, afinal, de onde vem o perigo.

É certo — e nós, efetivamente, acompanhamos esta visão — que precisamos de investir no reforço da nossa defesa e das nossas capacidades militares. Todavia, não podemos esquecer e não podemos encarar este tema como exclusivo. E a sensação que por vezes nos fica, ao nível da União Europeia, é que quando temos uma determinada preocupação focada numa área esquecemos tudo o demais que está à volta.

Esta não pode ser a visão que defendemos perante um quadro global, que não se pode focar apenas nos problemas da União Europeia em matéria de segurança, no reforço da defesa, porque o reforço da segurança na União Europeia, na nossa visão, tem necessariamente de passar, não apenas pelo reforço dos nossos meios e infraestruturas de defesa, mas, acima de tudo, pelo reforço da nossa soberania, da nossa autonomia, e pelos nossos mecanismos de garantia dessa mesma autonomia — seja essa autonomia uma autonomia energética, uma autonomia alimentar, uma autonomia verde ou, acima de tudo — e que sustente as demais —, uma autonomia e uma evolução positiva do ponto de vista da economia e da industrialização.

Estamos, nesta fase, a iniciar as negociações para o próximo quadro de financiamento plurianual, que terá o seu início em 2027. Estas negociações antevêm-se longas, difíceis, não apenas pelas divergências internas que vimos existir nas diferentes visões que os diferentes grupos políticos representados no Parlamento Europeu defendem, mas também nas decisões existentes dentro dos próprios grupos, imputáveis às diferentes visões que diferentes Estados têm, do seu ponto de vista geopolítico.

Portanto, é importante que salientemos aqui os diferentes pilares em que é importante que fundemos uma visão para as negociações do próximo quadro financeiro plurianual. Um quadro financeiro que se foque em políticas de coesão, sustentabilidade, economia e reforço dos territórios, políticas que tenham no centro das suas preocupações as pessoas, políticas que reforcem não só o papel das autoridades locais e regionais na execução dos fundos de coesão, bem como dos parceiros do setor social e das próprias organizações da sociedade civil, mas também políticas de coesão social, económica e territorial que tenham como base o reforço da competitividade e o reforço da nossa política de transportes.

Não podemos abandonar, nesta nossa visão para um próximo quadro de financiamento plurianual, as permanentes preocupações e investimento que a União Europeia tem vindo a fazer, seja ao nível da transição ecológica, seja ao nível da transição digital.

Aplausos de Deputados do PS.

É que, desse ponto de vista, estaremos, efetivamente, a hipotecar o nosso futuro e a andar muitos e muitos anos para trás.

É importante que investamos, de uma vez por todas, na criação de um fundo para a competitividade, que reforcemos o papel dos bancos de fomento nacionais e também do Banco Europeu de Investimentos, e que possamos ter, aqui, uma visão conjunta daquilo que queremos para o Fundo InvestEU, que possamos defender, cada vez mais, uma Política Agrícola Comum baseada em princípios de sustentabilidade, e que haja aqui um reforço do fundo para a transição justa e sustentável.

Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

Não podemos, igualmente, esquecer os desafios que a nossa democracia enfrenta, os constantes ataques ao nosso Estado de direito, que são tão ou mais perigosos do que as agressões diretas que nos vêm do ponto de vista estritamente bélico.

Alguém dizia, aqui, neste Plenário, ainda durante esta sessão, e é bem verdade, que os tanques poderão ainda não ter entrado, mas, efetivamente, os satélites já cá estão; e as tentativas de controlo sobre a nossa legitimidade e sobre a nossa democracia já cá estão. As tentativas de condicionamento da nossa democracia e do nosso Estado de direito já cá estão. Não tenhamos ilusões quanto a isso.

Portanto, é necessário que, neste foco, que acho que está absolutamente cingido às preocupações de defesa e não numa perspetiva de segurança na União, mas, estritamente, numa perspetiva de defesa, não nos esqueçamos da necessidade de reforço dos mecanismos de proteção do nosso Estado de direito, da defesa dos direitos de cada um dos nossos cidadãos e da defesa daqueles que vêm até nós, defendendo políticas de migração justas e não estritamente pensadas numa lógica de defesa.

Por fim, é importante, obviamente, que investamos na nossa defesa, na nossa proteção, não esquecendo que este é um investimento que não será feito da noite para o dia, com base naquilo que já foi feito e que não pode ser ignorado. Aliás, ainda muito recentemente, Ursula von der Leyen divulgava números que não podem ser ignorados e que não são despidiendos, de um investimento superior a 320 milhões de euros feito nos últimos três anos na União Europeia. Portanto, não estamos a partir do zero, não embarquemos nesta ideia de que não há defesa na União Europeia, que é a ideia que alguns nos querem vender.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não há!

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sim, ela precisa de ser reforçada; sim, ela precisa de ser redinamizada, mas numa lógica também de médio prazo, que pense a nossa reindustrialização na área da defesa, que considere a oportunidade que ela pode trazer para a nossa competitividade, para a nossa economia, para a transição digital e para a criação de postos de trabalho com maior qualidade para os nossos cidadãos europeus.

Terminaria, dizendo o seguinte: um Estado europeu que, nos próximos anos, baseie as suas políticas apenas numa visão belicista estrita e não em fundá-las também na coesão, na prosperidade, em políticas sociais, não terá futuro.

Porque, sim — e nós não podemos esquecer isto —, no dia em que os cidadãos europeus não tiverem, efetivamente, a manteiga, não tiverem o que comer, não tiverem com que dar continuidade às suas legítimas expectativas de vida, não é o facto de termos canhões que nos vai salvar de absolutamente nada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, que dispõe de 9 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje, na Europa, perante uma encruzilhada histórica. O nosso maior aliado está cada vez mais próximo, talvez, do nosso maior inimigo, algo que envergonharia presidentes republicanos como Ronald Reagan.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Esta incerteza geopolítica exige, por isso, de nós não apenas reflexão, mas sobretudo ação na Europa.

Porque somos — é verdade — herdeiros de um património inestimável, somos herdeiros da filosofia grega, que nos ensinou a valorizar o debate na procura incessante pela verdade; somos herdeiros do direito romano, que estabeleceu as bases da nossa justiça...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ena!...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... e organização social; somos herdeiros do avanço desde o início do Renascimento até ao fim do Iluminismo, que despertou o pensamento crítico e a ciência; somos herdeiros de revoluções industriais e políticas que consolidaram os princípios da separação de poderes, da igualdade perante a lei e do livre comércio; por fim, somos herdeiros de quem fez, no século XX, frente a diversos regimes autoritários em nome da liberdade, das democracias liberais, um processo que culminou na NATO e, mais tarde, entre nós, na União Europeia.

Esta herança não é apenas um passado glorioso, é também o alicerce presente sobre o qual devemos aprender para construir o futuro. E o cenário atual impõe desafios que nos forçam a reavaliar a nossa estratégia e autonomia europeia. Não podemos permitir que a Europa continue a ser moldada por outros interesses.

A Europa, com a convicção de quem conhece este valor da própria história, tem de ser cada vez menos dependente dos Estados Unidos na defesa, menos dependente da China no comércio e menos dependente da Rússia na energia, e nós já o dizemos aqui há cinco anos.

Não devemos cair no isolacionismo, não devemos cair no protecionismo, devemos procurar trabalhar, dentro do possível, com estes blocos, mas eu diria que o tempo da ingenuidade acabou. A redução da nossa dependência em cada um destes pilares é hoje um imperativo estratégico para continuarmos não só a ter soberania, mas também o nosso modo de vida europeu, porque quer a guerra física, quer a guerra de informação, quer a guerra comercial são também uma luta pela própria alma da Europa, pelos ideais que permitiram alcançar progresso e liberdade na Europa.

Porque, Srs. Deputados, das praias de Portugal às da Estónia, para o bem e para o mal é um instante e, por isso, cada recanto da Europa, com a sua diversidade cultural que deve ser celebrada, com as suas tradições singulares, contribui para a força desta união. É exatamente essa diversidade que é a nossa identidade e é exatamente essa união que é a nossa defesa mais poderosa.

Por isso, sim, defendemos uma intensificação dos investimentos em defesa, o incentivo à inovação e à cooperação em matéria militar e a promover cada vez mais uma capacidade europeia de resposta.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Isso!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A NATO, obviamente, continua a ser peça fundamental da nossa estratégia, mas é imperativo que a Europa desenvolva, cada vez mais, a sua própria visão e a sua própria capacidade de defesa.

É também igualmente vital que essa transformação seja conduzida com responsabilidade orçamental, não comprometendo o futuro das próximas gerações com endividamento desmedido.

Há, certamente, ainda muitos recursos que são desperdiçados por má gestão, e devem ser primeiro analisados em vez de pensarmos imediatamente em cobrar mais dinheiro aos cidadãos. Que cada Governo faça essa análise e que cada investimento seja ponderado, numa matéria que é obviamente função essencial do Estado.

Concluindo, sabemos hoje que a verdadeira força reside na nossa união, não apenas militar, mas sobretudo a nível dos nossos ideais. Neste momento decisivo para a Europa, a nossa missão é, portanto, clara: devemos agir com a coragem de quem não se intimida perante estes desafios, com a sabedoria de quem conhece o valor da nossa história e com a determinação de quem sabe que o futuro começa a ser construído já no presente.

É hora de reafirmar o compromisso com uma Europa que não se curva, que não se entrega e que se volta a erguer com a força e com a união de todos os Estados.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, que dispõe de 8 minutos e 59 segundos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Aos nossos pais e avós foi pedida coragem para derrubar ditaduras e para construir as democracias que herdámos e das quais somos hoje meros guardiões transitórios. E guardar a nossa democracia exige de nós determinação diária.

Não podemos ignorar que hoje, um pouco por todo o mundo, incluindo na União Europeia e também em Portugal, enfrentamos ameaças reais e significativas às nossas democracias, ao Estado de direito e aos direitos humanos. Há, entre nós, aqueles que não hesitarão em derrubar as nossas instituições, em pôr em causa os nossos valores e em impor as suas agendas autoritárias. E essa luta será definidora do século XXI tal como, de outras formas e noutras circunstâncias, foi definidora do século XX.

Desta forma, não podemos hoje encolher os ombros e fingir que este problema não existe. É isso que o Livre tem feito quando, desde a primeira hora, denunciou a deriva autoritária na Hungria,...

O Sr. **Filipe Pinto** (BE): — É verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... quando ainda alguns se sentavam confortavelmente ao lado de Viktor Orbán no Partido Popular Europeu, como acontecia com o PSD e o CDS, Sr.^a Deputada Liliana Reis.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quem é o autoritário? Foi autoritário, querem ver?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — O PSD e o CDS, nessa altura, estavam muito confortáveis em fingir que não existia uma ameaça autoritária na Hungria. Ou quando alertámos para a ameaça que Donald Trump representava, não só para a democracia nos Estados Unidos, como para todo o sistema internacional. Enquanto isso, também havia alguns que, entre Trump e a candidata do Partido Democrata não sabiam por quem optar.

Aplausos do L.

Na defesa da democracia, da liberdade e do direito internacional não se fica em cima do muro; preservar a democracia e o Estado de direito implica, sim, trabalhar com todos os democratas e implica, sobretudo, agir.

O Livre defende a criação de uma democracia europeia, reforçando a participação dos cidadãos europeus na tomada de decisões da União Europeia, na eleição dos seus representantes e rejeitando os acordos que são celebrados e que ditam o rumo da União Europeia apenas entre chefes de Estado e de Governo.

Aplausos do L.

Defendemos, também, a criação de uma Comissão de Copenhaga, que possa aferir o cumprimento dos critérios do Estado de direito e dos direitos fundamentais para os Estados-Membros e para as instituições europeias.

E devemos agir — sim, também em Portugal —, e agir é, desde logo, prevenir que as nossas regras democráticas e as nossas instituições, que construímos a tanto custo, sejam utilizadas por figuras autoritárias sinistras.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Outra vez?

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Por isso, sim, voltamos a propor hoje, como já propusemos durante o processo do Orçamento do Estado, a realização de um estudo que avalie a resistência do ordenamento jurídico nacional e das nossas instituições a desvios autoritários que ponham em causa o respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito, da democracia e da dignidade humana.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, caros cidadãos, um mundo de democracia e direitos humanos não é só um mundo mais justo, é também um mundo mais seguro e, para isso, precisamos também da sociedade civil que tem estado sob ataque — são sempre os primeiros a ser atacados pelos autocratas — e que, diariamente, por todo o mundo trabalham: trabalham no apoio aos refugiados, trabalham na prevenção de doenças, trabalham para dar voz às pessoas que são postas à margem.

Aplausos do L.

É que, como temos vindo a dizer, se precisamos, sim, de fazer um debate sobre a nossa segurança coletiva e a segurança coletiva da Europa, desengane-se quem acha que estaremos seguros investindo apenas em defesa. Segurança é muito mais do que isso, é justiça social, é comunidade, é dignidade, e tudo isso está nas nossas mãos. E a segurança só tem valor se for em liberdade e democracia, pois se a nossa democracia e a nossa liberdade estão sob ataque, saibamos estar à altura para a defender. Nós saberemos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Dou a palavra ao próximo grupo parlamentar, que será o Grupo Parlamentar do Chega, pelo Deputado Diogo Pacheco de Amorim.

Quero só dar nota à Câmara de que a minha resistência também tem limites: se me virem a ser substituído aqui na Mesa, nos próximos minutos, será pelo Sr. Deputado António Filipe. Os planetas alinharam-se neste sentido: o Sr. Deputado António Filipe iniciou esta legislatura e poderá também contribuir, um pouco aqui, no encerramento da legislatura.

Risos de Deputados do PCP e do L.

Portanto, estamos a cumprir o Regimento, estamos a cumprir aquilo que é a *praxis* e o histórico da Casa, que é a forma de substituição e, neste momento, caberá ao Sr. Deputado António Filipe vir aqui um bocadinho quando eu tiver de me ausentar.

Para a próxima intervenção, passo a palavra ao Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim, que tem 10 minutos e 13 segundos.

Enquanto o Deputado Diogo Pacheco de Amorim chega, devo dizer que, se calhar, o Deputado António Filipe não vai poder vir porque interveio neste ponto e isso incumpe o Regimento. Portanto, vamos ter de arranjar outra solução, Sr. Deputado. Com a sua experiência vai ajudar-me, está bem?

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Os Estados não têm amigos permanentes, os Estados não têm inimigos permanentes, os Estados têm interesses permanentes»,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — ... disse Lord Palmerston, estadista inglês do século XIX, num tempo em que na Europa permaneciam vivas a experiência e sabedoria acumuladas ao longo de 26 séculos de civilização.

Uma experiência e uma sabedoria que a ilusão do fim da História e outras ilusões semelhantes foram apagando. Esse tempo em que as nações europeias eram governadas por estadistas e não por pessoas simpáticas, com uma mão cheia de nada e outra cheia de boas intenções, ou seja, de coisa nenhuma. E isto, na melhor das hipóteses, porque na pior é melhor não falarmos.

Vem isto a propósito do choque provocado nos países europeus e na tecnoburocracia vagamente política de Bruxelas, pela viragem histórica verificada na política norte-americana em relação à Europa, viragem essa determinada pela atual administração Trump, porque a Europa dita ocidental não era, afinal, uma amiga eterna, como a Federação Russa não era também uma inimiga perene dos Estados Unidos, como pelos vistos estamos a ver. Os interesses permanentes da América, ou pelo menos a leitura que deles faz a atual Administração, assim o determinaram. E o atual Presidente foi eleito pelos americanos, para defender os seus interesses e não pelos europeus, para defender os seus próprios interesses europeus.

Podemos lamentá-lo, estamos no nosso direito, mas é mais sábio aceitá-lo e mais produtivo encolher os ombros e seguir em frente. Principalmente é fundamental interiorizá-lo e retomar a velha tradição, adequada à estrita realidade de entender a política externa como a defesa dos interesses permanentes dos nossos Estados europeus, de cada um por si próprio, em primeiro lugar e, depois, dos interesses permanentes do continente europeu como um todo.

Aplausos do CH.

Os governos não são organizações não-governamentais, como o próprio nome destas o indica. Os governos não são ou não devem ser orientados por ideias mais ou menos generosas e altruístas, mas pelo bem-estar e pela prioridade dos povos que, a cada momento, se encontram a seu cargo.

A política externa é o reino do que é e não o reino do que deve ser, orientada por juízos de realidade e não por juízos de valor, por mais luminosos que estes juízos de valor possam parecer.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é um ponto central que vale a pena discutir. No Chega vemos com séria preocupação que os governos de Portugal, os governos dos demais países europeus e a burocracia de Bruxelas se encontram profundamente desorientados e perdidos, sem encontrar um lugar lúcido e claramente pensado e determinado no novíssimo panorama definido pelos atuais eixos geopolítico, geoestratégico e geoeconómico que definem e estruturam o novo mundo.

Provam-no, a título de exemplo, as movimentações erráticas e os discursos contraditórios dos líderes políticos europeus e, principalmente, prova-o a permanente agitação do Sr. Macron, destinada a mascarar, com a procura de protagonismo na política externa, o seu clamoroso desastre na política interna.

Finalmente, incapaz de encontrar o seu lugar no mundo e um caminho seguro dentro dele, a Europa e os países europeus correm o risco de perder, definitivamente, o seu lugar à mesa dos grandes.

É conhecida a sentença de que «quem não tem lugar reservado à mesa dos grandes faz parte do menu». A Europa, por este caminho, após 26 séculos à cabeceira da mesa, seguramente que irá encontrar outro lugar de honra, só que desta vez no próprio menu.

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do PS.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que, antes de me dirigir ao Plenário sobre o tema que aqui hoje nos traz, possa deixar ficar uma palavra especial ao Dr. Miguel Macedo, a quem recorri por várias vezes, a ele e a outros ex-Ministros da Administração Interna, para ouvir, para aconselhar, para propor, para recomendar.

Por isso, queria aqui deixar ficar a minha palavra de gratidão a este cidadão exemplar, aos seus amigos, familiares e aos dirigentes do Partido Social Democrata e manifestar as minhas mais sentidas condolências.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria começar por sublinhar a importância deste debate que hoje está aqui a realizar-se. É certo que é em circunstâncias políticas difíceis perante uma crise política, mas não deixa de ter valor político pelo facto de estarmos num momento de crise política.

Assim, no meu entender, este debate deve contribuir para inspirar outros debates desta natureza, tal é a importância e a dimensão estratégica dos temas que hoje aqui estão em debate na Assembleia da República e que devem continuar na futura legislatura.

O projeto europeu, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sempre avançou quando foi confrontado com desafios geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos. Avançou na década de 70 com o sistema monetário europeu; avançou na década de 80 com o Ato Único Europeu; avançou nos anos 90 com o Tratado da União Europeia, com a moeda única e com uma nova política de coesão; avançou nos anos 2000, como bem recordamos, com o Tratado de Lisboa e com a vontade de constituir um modelo económico que fosse simultaneamente competitivo, sustentável no uso de recursos e inclusivo do ponto de vista social; avançou quando a Europa foi confrontada com a crise das migrações e dos refugiados em 2015, que levou, aliás, ao estabelecimento do futuro Pacto das Migrações e do Asilo, quer no quadro das Nações Unidas, quer depois também no quadro da União Europeia; e avançou também para vencer a crise pandémica e para vencer a guerra.

É neste momento que nos encontramos hoje a enfrentar os efeitos geopolíticos e geoestratégicos da guerra que assolou a Europa, da guerra que assolou também o Médio Oriente e das tentativas de disrupção da ordem erigida desde a II Guerra Mundial, naquilo que ela tem nos seus valores fundamentais, nos seus valores humanistas, do Estado de direito, do Estado liberal e do Estado democrático.

É disso que hoje está a tratar este Parlamento e essa é a razão por que o Partido Socialista quer reassumir os seus compromissos de sempre.

Em primeiro lugar, o compromisso de mantermos e reforçarmos a confiança no projeto europeu, o compromisso de reforçarmos a cooperação e a confiança entre os atores que constituíram e desenvolveram este sistema político, humanista e baseado na democracia.

Queremos reassumir o compromisso com a vontade de contribuir para a maior integração, para uma cooperação partilhada e reforçada naquilo que tem de ver nomeadamente com os esforços de investimento na base tecnológica e industrial europeia, favorecendo uma maior integração e permitindo — julgo que é nesse espírito que se concentra a iniciativa que o Livre aqui trouxe — dar desenvolvimento àquilo que outrora foi a União da Europa Ocidental, promovendo um maior esforço na defesa e na segurança no quadro dos compromissos internacionais em defesa da paz, em defesa do desenvolvimento e em defesa da democracia.

Mas esse esforço de investimento na base industrial e tecnológica europeia pressupõe também uma maior partilha de responsabilidades, uma maior partilha de conhecimento, uma maior partilha da investigação transposta para a estrutura económica e para a estrutura social por parte das instituições do ensino superior.

Eu hoje tinha a expectativa de que o Sr. Deputado trouxesse a proposta da criação de um instituto, que aqui ficasse sediado, para a investigação e o conhecimento para fortalecer a cooperação europeia nos domínios da segurança, da defesa, da proteção civil e do planeamento civil de emergência.

Este é também um objetivo que deve guiar a nossa ação política e essa é a razão por que também somos defensores, não apenas da mobilização das instituições do conhecimento para um projeto comum europeu, que seja, aliás, indutor dessa progressiva integração funcional de setores nevrálgicos da defesa e da segurança, como também somos favoráveis à importância de mobilizar o nosso tecido empresarial, das pequenas e das médias empresas, para uma nova estrutura de oportunidades que se vai abrir, quer para a inovação quer para a criação de oportunidades de emprego mais qualificado para as jovens gerações. Ou seja, fazer da segurança, da defesa, do planeamento civil de emergência e da proteção civil um fator de desenvolvimento, de fortalecimento das instituições que cuidam da democracia, que cuidam dos valores democráticos e que cuidam da liberdade.

Essa é a razão por que também entendemos que é, do nosso ponto de vista, certa a afirmação reiterada de que devemos evoluir no sentido do reforço do investimento na base tecnológica industrial europeia, sem colocar em causa o investimento na coesão, no desenvolvimento e sem desvalorizar o pilar social das políticas europeias.

Essa é, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a razão por que entendemos também que, sendo importante esse esforço de ir ao encontro do projeto europeu, de confiança e de valorização do projeto europeu, também nós, no nosso País, temos que dar prioridade, nomeadamente ao desenvolvimento do conceito estratégico de segurança

interna, articulado com o conceito estratégico de defesa nacional e estes dois articulados com o conceito estratégico de segurança nacional, precisamente para que todas as variáveis, todas as dimensões que aqui foram sendo sinalizadas durante o debate desta tarde possam contribuir para um reforço da nossa Política Comum de Segurança e Defesa, que será o desenvolvimento daquela que foi outrora a União da Europa Ocidental, constituindo um pilar de cooperação reforçada e partilhada entre os Estados-Membros.

Permitam-me, Srs. Deputados, uma pequena nota, mostrando sensibilidade para um tema que aqui hoje foi, em certa medida, abordado, sobre a questão da militarização e da corrida aos armamentos.

Sou sensível a esse argumento, assim como sou sensível ao discurso que afirma e aos estudos que o demonstram que um discurso muito baseado na segurança, em regra, conduz a mais investimento na segurança e que um discurso baseado na corrida aos armamentos conduz à militarização e, como os estudos internacionais mostram, conduz à guerra.

Portanto, sou sensível a esse argumento, mas é por ser sensível a esse argumento e por também ser sensível ao argumento da autonomia estratégica europeia que nós não podemos ser favoráveis à extinção das regras da governação económica na Europa, porque sabemos bem que extinguirmos as regras relativas à governação económica europeia, ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, significaria colocarmos em causa um dos esteios essenciais da nossa autonomia estratégica.

Bem sabemos o que significou no passado essa perda de autonomia financeira, que levou, nomeadamente, à revisão do conceito estratégico de defesa nacional, e bem sabemos como isso limita a autonomia estratégica de alguns dos países mais importantes, de alguns dos blocos mais importantes do mundo, dado que uma parte da sua dívida pública está hoje nas mãos de interesses estratégicos concorrentes que colidem com as lideranças desses blocos que têm sido, particularmente, nossos aliados.

Estes são os pressupostos daquilo que tem a ver com a nossa visão de mais cooperação reforçada e partilhada no domínio da defesa, da segurança, do planeamento civil de emergência e da proteção civil comum europeia.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Assombro nas chefias militares, governos que ficam no «jardim europeu» de Borrell perturbados por um qualquer Deus *ex machina* da Antiguidade Clássica.

As outras potências armam-se, mas a Europa já não corre. Falta-lhe o folego para este *sprint*.

Falamos de defesa europeia, o desafio do nosso tempo.

Perdem-se na memória os anos 90 de um Koweit convertido numa província do Iraque, com uma Europa em silêncio.

Em 1992, a União evoluiu para a integração política. Nessa altura, nascia a PESC (Política Externa e de Segurança Comum) e a política de defesa europeia, mas ninguém a viu escrita nos tratados.

Década volvida, os Estados Unidos voltam ao Iraque. A Europa continua em silêncio. Nessa altura, um pequeno país presidia aos destinos da Europa, só que o líder do seu executivo sonhava com Bruxelas, por isso apagou do mapa a PESC, virou as costas ao seu Governo e rumou à Comissão Europeia. A Europa continuou em silêncio.

Foi preciso uma guerra sangrenta na Ucrânia, impulsionada por um louco que ousa sonhar com as bases do antigo império de Ivan III, 33 anos após Maastricht, quando se abrem as portas do *Rearm Europe*, a caminho dos 800 milhões de euros. Só que a par da política de investimento na defesa, a política da responsabilidade também renasce das cinzas.

Como pensar em defesa europeia quando a Alemanha, o motor económico, vai para o terceiro ano de recessão com uma dívida de mais de 60 % do PIB (produto interno bruto)? E a França, a potência militar, afogada numa dívida de mais de 100 % do PIB? Como defender um continente falido e sem renovação?

Académicos de prestígio já apontam 2050 como o ano em que não haverá um único Estado europeu entre as dez maiores economias do mundo.

Srs. Deputados, defesa não é só defesa, é potencial global. Creio que deve ser esta a mensagem de Portugal aos seus parceiros.

As discussões em marcha sobre o fortalecimento militar e a indústria de defesa devem partir de uma análise fria da realidade e dos novos desafios. Mas os europeus estão atrasados nas suas capacidades. Não temos um caça de quinta geração, perdemos a corrida da IA (inteligência artificial) relevante nas aplicações militares.

Srs. Deputados, hoje mais do que nunca temos de recuar a 1946, altura em que Churchill deixou um desafio aos estudantes da Universidade de Zurique: «Numa mão a espada, na outra a luta pela paz.»

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: São muito particulares as condições em que fazemos este debate de hoje, mas ele também existe porque particulares são as condições do mundo em que vivemos, dos desafios que, provavelmente, não esperávamos ter de enfrentar e das decisões difíceis que temos de tomar relativamente àquilo que muitas vezes e durante muitos anos foi dado como adquirido.

É por isso que, ao fazermos este debate, devemos ir ao fundamental e aos princípios. Desde logo, àquilo que para nós não pode nunca estar em discussão. E aí, claramente, aquilo que é a liberdade, a democracia e a paz são valores que não são negociáveis.

Um dos pontos fundamentais dos projetos que hoje aqui nos são trazidos, relativamente à Ucrânia, merece uma palavra de reafirmação de uma solidariedade sem condições, de uma solidariedade que não admite transações e de uma solidariedade que não está disponível para recuar nem um milímetro. A Ucrânia mereceu a nossa solidariedade porque estava do lado certo, não mudou de lado e, portanto, nós também não podemos mudar.

Por outro lado, há o nosso compromisso Atlântico. Não faz sentido questionarmos aquilo que, do ponto de vista geoestratégico, foi para nós essencial, ao longo de diferentes períodos da história e até de diferentes regimes. Não só para os equilíbrios a nível mundial, mas também para a valorização da nossa posição geoestratégica, o centro desta política geoestratégica no Atlântico, a valorização da nossa posição, a aliança de sempre com o outro lado do Atlântico e com os Estados Unidos e a importância do Reino Unido — mesmo estando fora da União Europeia, não pode nunca deixar de estar no centro das alianças que construímos — são essenciais para aquilo que encaramos do ponto de vista internacional nas nossas alianças e na identificação dos nossos aliados.

Não há personagens que se sobreponham à valorização daquilo que são alianças seculares e alianças que não podem ser postas em causa. As alianças existem porque os povos têm proximidade, laços, identificações comuns que justificam essas alianças. Os líderes devem ser intérpretes dessas vontades dos povos.

E, certamente, se acreditamos na democracia, quando contrariam a vontade maioritária dos povos e a orientação que faz sentido nesta lógica de alianças, serão as populações a dizer que os seus líderes estão errados e não devem ser os líderes de outros a apontar o dedo entre si e a degradarem aquilo que é um clima que tem de se manter equilibrado para que as soluções possam existir.

Depois, vem a dimensão europeia e aí temos de perceber que o aprofundamento, que neste momento todos identificamos como necessário, de uma autonomia que vai desde a vertente estratégica à vertente militar, passando também pela dimensão comercial — como há pouco muito bem identificava o Sr. Deputado Bernardo Blanco —, faz com que, não pondo em causa alianças e não rasgando aquilo que são acordos existentes, nós percebamos que temos de conseguir, enquanto unidade, produzir muito mais e garantir muito mais do que aquilo que fazemos neste momento.

Começou na pandemia o confronto com essa realidade da incapacidade que tínhamos de ser autossuficientes, do ponto de vista da produção de muitos bens, aos quais deixámos de ter acesso de um momento para o outro, o que parecia impossível.

Com o conflito da Rússia e da Ucrânia, quanto à energia, percebermos também que esse equilíbrio não estava garantido. E agora levanta-se a questão relativamente aos Estados Unidos da América, quando as prioridades desta Administração podem não ser aquelas que foram durante tanto tempo e que se casavam diretamente com as prioridades europeias.

Tendo todas estas perplexidades, Portugal deve estar no centro das soluções. Aumentar o investimento em defesa neste momento é essencial e ter uma diplomacia ativa naquilo que é a manutenção de alianças difíceis, mas também na busca de novos parceiros e do aprofundamento da cooperação europeia, também é essencial.

Mas o CDS sempre disse, e não mudará agora, que o aprofundamento do ponto de vista europeu se faz numa lógica de intergovernamentalidade e mal andaríamos se, do ponto de vista de uma política de defesa em que todos temos de conseguir cooperar mais, substituíssemos essa cooperação por uma capitulação a favor de um diretório que em nada melhoraria a nossa posição.

É este o nosso ponto de chegada, que não é muito diferente do ponto de partida. Sabemos com quem estamos e sabemos muito bem para onde queremos ir.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, que tem até 3 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Retomamos, neste debate, um aspeto que para nós é crucial e que tem a ver com o projeto que o Livre nos traz em relação aos ativos russos poderem ser utilizados para a reconstrução e para repor os estragos infligidos à Ucrânia e ao seu povo.

Esta questão assume, à data de hoje, uma sensibilidade e um cuidado acrescido no seu tratamento em relação à abordagem que fazíamos há poucas semanas. Estamos numa fase em que as negociações podem, e é o que desejamos, conduzir à paz.

Deste ponto de vista, os ativos em si — e eu recorro que já está assumido que os resultados líquidos, as mais-valias desses ativos já são canalizadas para os instrumentos europeus de apoio à Ucrânia e à sua recuperação — têm-se mantido preservados e intocáveis, porque, de facto, há razões e há matérias, do ponto de vista do direito internacional, que suscitam profundas questões sobre a possibilidade concreta de podermos aceder e fazer o confisco destes ativos.

Este é um tema muito importante porque é também um tema que pode suscitar, pode induzir, em outros investidores de outras zonas geográficas do globo, o receio daquilo que são princípios consagrados em matéria de política financeira e em matéria de política internacional de investimento.

Temos de ter um cuidado extremo nesta matéria, percebendo a justiça e a justeza da proposta, porque quem infligiu os danos deve ser responsabilizado na recuperação. Não podemos, em todo o caso, com este fito deste objetivo justo, perigar a confiança no mercado financeiro mundial, atendendo a que até já estamos a encaminhar os resultados líquidos, os proveitos e os ganhos acrescidos de quem tem estes ativos.

É esta ponderação, é este alerta que o PSD também entende dever fazer nesta fase do debate, porque é importante, apesar do momento e da circunstância da guerra, não perdermos princípios que podem, na atualidade e no médio prazo, perigar a confiança dos investidores.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, dispondo de até 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, estamos de acordo, é preciso ser cautelosos, mas, na verdade, vivemos um momento absolutamente extraordinário e temos um país

que foi invadido, há três anos que é sujeito a uma pressão, a um desgaste, a uma destruição não só física, mas também moral, destruição das famílias. Portanto, há aqui um custo financeiro e de reinvestimento que é preciso ser feito do lado ucraniano e esse custo vai ter de ser pago.

Na verdade, na União Europeia, temos mais de 300 000 milhões de bens russos que estão neste momento congelados. É verdade que as mais-valias têm sido utilizadas, mas estamos a falar de um valor muito curto face ao valor que está efetivamente congelado.

Portanto, dado que este é um debate que está a ser feito, ainda ontem foi tido no Parlamento Europeu e está a ser tido por vários países, pergunto se não faz sentido Portugal estar também nesse debate e debater de forma séria, cumprindo todas as regras internacionais, todas as regras do direito internacional, mas fazendo face a esta situação absolutamente excepcional de uma invasão da Ucrânia por parte da Rússia. Este debate deve ou não ser feito por Portugal e Portugal deve ou não ser uma parte ativa neste debate?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, que teve uma cedência de 30 segundos do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem, portanto, 56 segundos para responder.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, começo por agradecer a cedência de tempo da Iniciativa Liberal e, respondendo à Sr.^a Deputada, de facto, o nosso espírito é este, mas não podemos deixar de fazer o alerta, porque o confisco é uma atitude, digamos, extremada e última e, nesta fase em que se estão a procurar consensos para alcançar uma paz, e no quadro destes consensos e destas conversações, seguramente, estes ativos vão ter de ser decididos a favor da construção.

Se calhar, nesta fase, não perdendo de vista o *core* e aquilo que disse, e bem, e que nós defendemos, de que deve ser responsabilizada a Rússia, será mais prudente partir já para o confisco quando se iniciam conversações de paz, tendo consciência de que isto é uma violação do direito internacional em matéria de capitais e de investimento de capital estrangeiro.

Portanto, entendemos prudente, nesta fase, não perder de vista este fito e não pôr em risco a atratividade e a liberdade de investimento internacional. É este o alerta e esta a precaução.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos. Tem até 1 minuto e 48 segundos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate foi agendado pelo Livre, mas podia ter sido agendado por um partido de direita, o que demonstra o seu alinhamento com toda a deriva militarista e da corrida aos armamentos da União Europeia, que não resolve nenhum problema e que só traz sofrimento e destruição.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Em vez de melhorar os salários e as pensões, de assegurar o direito à saúde, à educação, à segurança social e à habitação, de contribuir para a paz e a segurança coletiva, a União Europeia pretende desviar verbas para as armas, empurrando as pessoas para a pobreza só para satisfazer os senhores da guerra.

Para os salários, as pensões e as funções sociais, a opção são as imposições e condicionalismos orçamentais da União Europeia, mas para o armamento não há restrições e já nem se fala em défice nem em dívida. Querem impor o rumo militarista à custa da degradação das condições de vida dos povos, da pobreza, das desigualdades.

O pretexto das ameaças externas foi sempre utilizado para atacar os direitos dos povos, mas escamoteiam que é na política belicista dos Estados Unidos, da União Europeia e da NATO que assenta a verdadeira e a mais perigosa ameaça para os povos da Europa e do mundo.

A paz não se alcança com armas nem com guerra, a paz e a segurança alcançam-se com mais diplomacia, mais diálogo e a solução política dos conflitos, dos problemas de segurança coletiva e do desarmamento da

Europa, com mais respeito pelos princípios do direito internacional, o cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

Portugal não deve alinhar com a política belicista da União Europeia, contrária aos interesses do povo português e dos povos da Europa. Portugal é um país soberano que, de acordo com a sua Constituição, deve promover a paz e a cooperação, não o militarismo, nem a corrida aos armamentos, nem a guerra.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, tem um pedido de esclarecimento, embora já não tenha tempo para responder. O pedido de esclarecimento será feito pelo Grupo Parlamentar do Livre, através do Sr. Deputado Jorge Pinto. Tem até 2 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, fico um bocado surpreendido com as suas palavras, porque tinha o Partido Comunista Português como um partido anti-imperialista,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Anti quê?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... mas parece que afinal há impérios e impérios. Para o Livre, não há.

Aplausos do L.

Todos os impérios são maus e nós seremos anti-imperialistas, independentemente do país que invade e do país invadido. Isto é ponto assente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Primeira picardia entre a esquerda!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Como dizia há pouco, a esquerda não pode estar fora destas discussões porque a consequência disso é, sim, entregar estas propostas, é, sim, entregar a discussão sobre defesa àqueles que querem mais austeridade ou, pior ainda, àqueles que querem trair os próprios portugueses para nos vender aos regimes autocratas, seja de Putin, seja de Donald Trump, seja de Xi Jinping. É que também temos desses nesta Câmara.

Aplausos do L.

Eu não queria crer que o PCP estivesse ao lado deles, e quero crer que não está, mas parece estar ao lado dos iludidos, daqueles que falam de uma paz, mas de uma paz abstrata, quando na verdade aquilo que nós precisamos de falar... Felizmente, temos muitos exemplos, na história, de quem resistiu verdadeiramente aos poderes imperiais, como as nossas antigas colónias e o Vietname. Temos tantos exemplos ao longo da história que mostraram que durante anos, durante décadas, a luta anti-imperialista valeu a pena.

Sr.^a Deputada, é ao lado dessas pessoas que estamos e estaremos sempre. O Livre vai estar sempre ao lado das vítimas, independentemente de quem seja o agressor. Portanto, nós não vamos falar de uma paz abstrata, mas, sim, de uma paz justa. E esta paz justa é sempre aquela que diz que ninguém tem o direito a esmagar ninguém. Ninguém, por maior e mais poderoso que seja, tem o direito a esmagar ninguém, por mais pequeno que seja.

Assim, a minha pergunta muito simples é esta: acredita — e, repito, quero crer que acredita — numa paz justa não só na Ucrânia, mas na Palestina, no Sudão e em todo o planeta onde há conflitos? Como garante, então, esta paz justa?

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Isto porque não basta falar de paz no abstrato. É preciso concretizá-la e é precisamente para a concretizar que o Livre agendou este debate e trouxe as propostas que trouxe ao mesmo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Penso que não houve cedências de tempo, mas a Sr.^a Deputada Paula Santos está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa, certo?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer esta interpelação à Mesa porque não pode ficar qualquer dúvida neste debate quanto ao seguinte: se há partido que é anti-imperialista é o PCP!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foram contra o império soviético?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O PCP tem, desde sempre, intervindo em defesa da paz, em cumprimento da nossa Constituição. E o caminho da paz, como sempre aqui o dissemos, tem de ser o caminho de solução pacífica para os conflitos.

Dissemos isto desde o primeiro minuto e continuamos a dizer, porque este é o caminho para resolver os problemas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o Stalin? E o Lenine?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não são armas, nem é a guerra, que, aliás — e está à vista —, só está a trazer sofrimento e destruição.

A solução política para os conflitos é a solução!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Esperei pelos 30 segundos, porque havia disponibilidade de dois grupos parlamentares para cederem esse tempo, se fosse preciso. Portanto, fica tudo harmonizado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe de até 11 segundos.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são mesmo 11 segundos para dizer essencialmente duas coisas.

Pese embora este debate seja sobre a discussão de projetos de resolução que, dependendo das votações, não sabemos qual será o seu destino, há uma coisa que queremos, que é fazer votos para que estes temas da autonomia europeia, sejam sobre defesa, energia ou matérias comerciais ou industriais, sejam temas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento deste ponto, que cabe ao Livre. Além dos 2 minutos de que dispõe, o Livre tem ainda 1 minuto e 21 segundos para a intervenção de encerramento, o que perfaz 3 minutos e 21 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: Este debate foi norteado por alguns princípios, entre os quais o da igual dignidade de todos os Estados, sejam eles pequenos, médios ou grandes, e também o princípio do debate livre, aberto à troca de opiniões.

Dissemos, no início, que queríamos ouvir todas as opiniões de todos os partidos, porque a geopolítica global mudou e porque é natural que num debate dinâmico como este todos tenham alguma coisa a contribuir.

É, aliás, na intersecção dessa defesa dos direitos dos países de qualquer tamanho, incluindo os mais pequenos, e de trazer ideias para o debate que entendo algumas intervenções do PSD, que passou, segundo entendi, uma boa parte do tempo — acho que mais de metade do tempo — a defender o Montenegro, que é um país também, a República do Montenegro, que merece a sua defesa.

Risos do L e de Deputados do PS.

Só posso entender que tenha sido esse Montenegro que estiveram a defender, porque senão o Sr. Presidente teria intervindo utilizando o artigo do Regimento contra os desvios em relação ao tema central do debate.

Temos, neste momento, escolhas importantes a serem feitas na Europa. A Europa, para ser autónoma e para ser levada a sério, tem de saber falar uma linguagem que seja entendida em Moscovo, que seja entendida em Washington, que seja entendida em Pequim.

Os europeus não devem ter medo de assumir a força que têm. Somos 450 milhões na União Europeia, somos mais de 700 milhões neste continente. Temos um PIB que, por si só, é 10 vezes maior do que o da Federação Russa.

É, por isso, falso que Donald Trump nos diga que é preciso gastar 5 % do PIB europeu, já que 0,5 % do PIB europeu em defesa é mais do que 5 % do que a Federação da Rússia investe na sua própria defesa, dada a diferença das economias.

A Europa precisa, sim, de se coordenar melhor para poder gastar bem aquilo que gasta, para poder ser levada a sério fora da Europa e para poder preservar o essencial do seu modelo europeu, que é o que faz a sua força e a sua credibilidade. Mas a força e a credibilidade europeias também são feitas da resiliência das suas democracias.

Durante demasiado tempo, a Europa apresentou-se frágil, como quando ficou evidente o duplo critério manifestado em críticas que fazia em relação aos regimes autoritários de fora da União Europeia, que poderiam facilmente ser respondidas por parte de países de fora da União Europeia dizendo: «Mas aí vocês também têm a Hungria. Vocês também têm quem desfaz a democracia, quem desfaz o Estado de direito e quem está numa deriva autocrática.»

Chegou a altura de a Europa assumir que a bitola de defesa da democracia que tem quando quer dar lições de moral para fora é aquela que tem de valer na forma como lida com os seus Estados-Membros.

Aplausos do L.

Por isso, a Europa tem de entender também que tem de procurar novos diálogos e novas alianças: com a América do Sul, com a Ásia do Sudoeste, com todos os países que queiram preservar e defender as suas democracias.

Portanto, é altura de a Europa deixar de fazer apenas aquilo que vem como ordem ou conselho de Washington e passar a fazer aquilo que nos interessa a nós e aos outros países que defendem a democracia e os direitos humanos no mundo.

Assim, foi enquanto portugueses e enquanto europeus que fizemos este debate, mas foi, acima de tudo, como algo mais importante do que isso: foi como defensores da democracia e dos direitos humanos no mundo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, posto isto, o ponto 1 da nossa ordem de trabalhos está encerrado.

Vamos passar ao ponto 2 da nossa ordem de trabalhos, que se refere ao Projeto de Resolução n.º 822/XVI/1.^a (CH, PS, PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a efetiva implementação de medidas de prevenção e proteção sísmica. Este ponto está encerrado.

Passamos ao ponto 3, que incide sobre os Projetos de Lei n.ºs 444/XVI/1.^a (CH), 499/XVI/1.^a (PSD e CDS-PP) e 508/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Lanheses à categoria de vila histórica.

Estando encerrado o ponto 3, prosseguimos para o ponto 4 da ordem de trabalhos, que versa sobre o Projeto de Lei n.º 550/XVI/1.ª (PS) — Elevação da povoação de Castelo do Neiva à categoria de vila.

O referido ponto está encerrado, pelo que passamos ao ponto 5 da ordem de trabalhos, que diz respeito aos Projetos de Lei n.ºs 486/XVI/1.ª (PS) e 501/XVI/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Gualtar à categoria de vila. Este ponto está encerrado.

Segue-se o ponto 6 da ordem de trabalhos, que se refere ao Projeto de Lei n.º 504/XVI/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da Povoação Meixomil à categoria de vila. Este ponto está encerrado.

Passamos ao ponto 7, que se debruça sobre o Projeto de Lei n.º 505/XVI/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da Povoação de Seroa à categoria de vila.

Encerrado que está esse ponto, avançamos para o ponto 8, relativo ao Projeto de Lei n.º 503/XVI/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da vila de Mogadouro à categoria de cidade. Este ponto está encerrado.

O ponto 9 da ordem de trabalhos incide sobre o Projeto de Lei n.º 500/XVI/1.ª (PSD) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Fornos, Real, São Martinho de Sardoura, Santa Maria de Sardoura, União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, e da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, do município de Castelo de Paiva.

Estando encerrado este ponto, sem tempo para debate, passamos ao ponto 10 da ordem de trabalhos relativo ao Projeto de Lei n.º 553/XVI/1.ª (PS) — Elevação da povoação de Raimonda à categoria de vila. Este ponto está encerrado.

Prosseguimos para o ponto 11 da ordem de trabalhos, que se refere ao Projeto de Lei n.º 613/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, 55/2010, de 24 de dezembro, e Lei n.º 24/2021, de 10 de maio, juntamente com o Projeto de Lei n.º 614/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L) — Segunda alteração à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio; e os Projetos de Resolução n.ºs 831/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE e L) — Código de Ética e Conduta dos Funcionários Parlamentares; e 832/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L) — Sétima alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República. Este ponto está encerrado.

Passamos ao ponto 12, que se refere ao 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2025. Este ponto está encerrado.

Chegámos ao ponto 13, e último, da ordem de trabalhos que diz respeito às votações regimentais.

Peço aos serviços que abram o sistema para fazermos o registo e a verificação de quórum.

Pausa.

Já está aberto o sistema para verificação de quórum.

Se houver algum Sr. Deputado que não tenha conseguido registar-se, peço que o indique à Mesa.

Pausa.

Estando todos os Srs. Deputados registados, peço então aos serviços para encerrarem o sistema de verificação do quórum.

Temos quórum, pelo que vamos passar às votações.

Começamos com a votação do Projeto de Voto n.º 604/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação ao Ginásio Clube Português pelos seus 150 anos.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Segue-se a votação do Projeto de Voto n.º 605/XVI/1.ª (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação a João Pedro Coelho pela conquista do prémio de Cozinheiro de Ouro da Suíça.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Prosseguimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 783/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a criação de uma comunidade europeia de defesa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L e do PAN e a abstenção do BE.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 785/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que defenda, junto da União Europeia, a utilização de ativos russos no apoio à Ucrânia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do L e do PAN, o voto contra do PCP e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.

Este projeto de resolução baixa à 2.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 784/XVI/1.ª (L) — Contra a austeridade bélica: defender a Europa é também proteger o Estado social e a transição ecológica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do BE, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L e do PAN e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 726/XVI/1.ª (L) — Recomenda a realização de um estudo sobre a resistência do sistema jurídico português contra um choque autoritário e contra a subversão democrática.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do L e do PAN, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH e do PCP.

Este projeto de resolução baixa à 1.ª Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 727/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que Portugal adira ao Conselho do Ártico como observador.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Este projeto de resolução baixa à 11.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 794/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que defenda uma política europeia promotora da paz, da segurança e da defesa coletivas, do fortalecimento do Estado social e da transição climática justa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do L e do PAN e a abstenção do PCP.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Seguidamente votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 798/XVI/1.^a (PAN) — Pela ajuda à Ucrânia no combate aos crimes humanitários e ambientais perpetrados pela Rússia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Este projeto de resolução baixa à 2.^a Comissão.

Não havendo objeção, passamos, agora, à votação conjunta, na generalidade, na especialidade e final global, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 444/XVI/1.^a (CH) — Elevação da freguesia de Lanheses à categoria de vila histórica, 499/XVI/1.^a (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Lanheses à categoria de vila histórica e 508/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Lanheses à categoria de vila histórica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Penso que há pessoas e autarcas da freguesia presentes nas galerias. A eles o nosso cumprimento pela sua presença e pela elevação que tiveram.

Aplausos gerais.

Seguimos com a votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 550/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Castelo do Neiva à categoria de vila.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Estão também presentes na Sala autarcas de Castelo do Neiva.

Aplausos gerais.

Passamos, agora, à votação agregada, na generalidade, na especialidade e final global, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 486/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Gualtar à categoria de vila e 501/XVI/1.^a (PSD, CDS-PP) — Elevação da freguesia de Gualtar à categoria de vila.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Ficam também os cumprimentos aos representantes de Gualtar presentes nas galerias.

Aplausos gerais.

Prosseguimos com a votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 504/XVI/1.^a (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Meixomil à categoria de vila.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Aplausos gerais.

De seguida, passamos à votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 505/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Seroa à categoria de vila.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

O nosso cumprimento aos seus representantes.

Aplausos gerais.

Temos, agora, a votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 503/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da vila de Mogadouro à categoria de cidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

E Mogadouro é cidade.

Aplausos gerais, tendo a Deputada do PSD Dulcineia Catarina Moura aplaudido de pé.

Vamos proceder à votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 500/XVI/1.ª (PSD) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Fornos, Real, São Martinho de Sardoura, Santa Maria de Sardoura, União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, e da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, do município de Castelo de Paiva.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Aplausos gerais.

Passamos à votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 553/XVI/1.ª (PS) — Elevação da povoação de Raimonda à categoria de vila.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

E Raimonda também passa a vila. Parabéns!

Aplausos gerais.

Ponho agora à votação, na generalidade, na especialidade e final global, o Projeto de Lei n.º 613/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L) — Alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, e 55/2010, de 24 de dezembro, e Lei n.º 24/2021, de 10 de maio.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei n.º 614/XVI/1.^a, que votaremos de seguida, e ao Projeto de Resolução 831/XVI/1.^a, que está mais à frente no guião de votações, queria declarar a existência de um interesse particular, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º do Estatuto dos Deputados, e informar que nos termos do n.º 3 do artigo 8.º não participarei nessas duas votações.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Deputado, fica registado.

Passamos, agora, à votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 614/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L) — Segunda alteração à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Ponho agora à votação o Projeto de Resolução n.º 831/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE, L) — Código de ética e conduta dos funcionários parlamentares.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do BE e do PCP.

Procedemos, de seguida, à votação do Projeto de Resolução n.º 832/XVI/1.^a (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L) — Sétima alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Por último, vamos proceder à votação do 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2025.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e o voto contra da IL.

Chegamos, assim, ao fim da ordem de trabalhos de hoje.

Recordo que amanhã teremos sessão plenária a começar às 10 horas, tendo como ordem do dia votações regimentais.

Pausa.

Srs. Deputados, peço-vos um momento, pois o Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é só para solicitar ao Sr. Presidente que informasse a Câmara que há verificação do quórum no início dos nossos trabalhos. Creio que essa informação é importante.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Mais alguém tem alguma coisa a dizer?

Pausa.

Exatamente, Sr. Deputado, a reunião é às 10 horas e há votações, pelo que a verificação de quórum é feita logo às 10 horas da manhã.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora, sim, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 785/XVI/1.^a:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (GP PSD) entende que a utilização de ativos russos congelados para apoio à Ucrânia é uma questão de alta complexidade jurídica, que deverá sempre ser objeto de uma deliberação conjunta e concertada no seio da União Europeia.

O GP PSD não tem, quanto a esta matéria, uma posição fechada, mas assinala que, no quadro das negociações recentemente iniciadas — e que podem, volvidos três anos de guerra, conduzir a uma solução de paz justa para a Ucrânia —, a posição dos diversos atores internacionais deve, agora mais do que nunca, pautar-se pela prudência.

Tendo em conta o anteriormente exposto, o GP PSD decidiu abster-se nesta votação.

Os Deputados — *Regina Bastos* — *Paulo Neves* — *Bruno Ventura*.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 784/XVI/1.^a:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra o Projeto de Resolução n.º 784/XVI/1.^a — Contra a austeridade bélica: defender a Europa é também proteger o Estado Social e a transição ecológica —, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Livre, dado que esta proposta propõe a flexibilização das regras orçamentais europeias para a despesa militar, mas mantém essas regras orçamentais limitativas para outros investimentos, como nos salários, saúde, educação, transição energética, resposta climática, infraestruturas e noutros serviços públicos essenciais.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sempre se manifestou contrário aos tratados europeus que instituem regras orçamentais que contraem e limitam o investimento público. Essa austeridade orçamental é a causa do declínio das condições de vida das populações na União Europeia, da falta de capacidade de resposta dos serviços públicos, da degradação da infraestrutura e da incapacidade produtiva. Essas regras são também uma das causas pela deterioração da confiança na democracia e pelo ascenso de políticas e políticos do ressentimento fascista.

Essa contração do investimento público foi o grande problema da União Europeia e que a deixa incapaz agora de responder aos desafios que se colocam, nomeadamente na paz e mesmo na produção militar.

A proposta do Grupo Parlamentar do Livre mantém as regras orçamentais de contração do investimento público em todas as áreas essenciais à vida humana ao mesmo tempo que cria uma via verde excecional para a despesa militar, a única a ficar sem regras orçamentais. A proposta em causa constitui a criação de uma economia de guerra, mantendo o atual sacrifício dos salários e serviços públicos nos Estados-Membros.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda defende a cooperação ativa para a paz, assim como a cooperação militar e de defesa entre Estados-Membros da União Europeia. Mas em momento algum pode aceitar as regras orçamentais restritivas que pioram a vida dos cidadãos e cidadãs europeias.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda — *Fabian Figueiredo* — *Marisa Matias* — *Isabel Pires* — *Joana Mortágua* — *Mariana Mortágua*.

Relativa ao Projeto de Lei n.º 503/XVI/1.ª:

O PCP votou favoravelmente a proposta de elevação da vila de Mogadouro à categoria de cidade, respeitando a vontade dos órgãos do poder local democrático, contudo não pode deixar de denunciar que esta elevação não resolve, por si só, os graves problemas que Mogadouro, tal como outras regiões do interior do País, enfrentam. A falta de serviços públicos, um Serviço Nacional de Saúde desadequado à realidade deste concelho, transportes insuficientes para uma efetiva mobilidade dos mogadourenses. O progressivo despovoamento de Mogadouro, da sede de concelho e das áreas rurais, só poderá ser revertido com uma outra política, uma política bem diferente daquela que tem sido defendida e aplicada pelos promotores desta proposta.

O Deputado — *Alfredo Maia*.

—————

Nota: *A declaração de voto anunciada pela Deputado do L Isabel Mendes Lopes não foi entregue no prazo previsto no n.º 3 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

—————

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.